

desafios

ipea

do desenvolvimento

Exemplar de Assinante

desafios

Em nome da cidadania

A nova emissora pública brasileira inicia a operação para ser uma opção à programação das emissoras privadas, que têm por critérios primeiros a audiência, a remuneração do capital e o estímulo ao consumo

Maria da Conceição

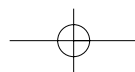
Crescimento deveria ser meta do Banco Central

Transferência de renda

Programas de resgate social avançam na América Latina

Melhores práticas

Projeto de inclusão social aproxima crianças de vários continentes



Prêmio SOF de Monografias 2007

TEMAS:

1. Orçamento como Instrumento de Política Pública e Gestão Fiscal
2. Promovendo a Qualidade do Gasto Público

PREMIAÇÃO:

- R\$ 20.000,00 – 1º Colocado em cada tema
- R\$ 10.000,00 – 2º Colocado em cada tema
- R\$ 5.000,00 – 3º Colocado em cada tema
- Certificado de vencedor • Publicação de monografia

INFORMAÇÕES: Fone: (61) 3412-6018 - Fax: (61) 3412-6016
e-mail: premio-sof.df.esaf@fazenda.gov.br
www.esaf.fazenda.gov.br

PRAZO FINAL PARA ENTREGA DA MONOGRAFIA: 11 de fevereiro de 2008 via Sedex

APOIO:



REALIZAÇÃO:



IDEALIZAÇÃO:



Ministério
do Planejamento



desafios

do desenvolvimento

Sumário

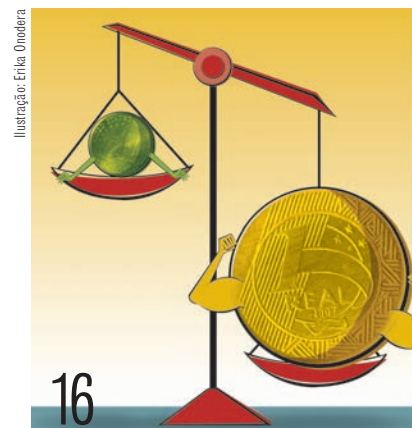
- 8 Entrevista** **Maria da Conceição Tavares**
Crescimento deveria ser meta do Banco Central
- 16 Câmbio** **Sinal amarelo no *front* externo**
Real sobrevalorizado recebe ataques, mas encontra quem o defenda
- 24 TV pública** **Em nome da cidadania**
A nova emissora pública começa a operar como opção às redes privadas
- 32 Transferência de renda** **Resgate social avança na América Latina**
Programas que impõem condições a beneficiários aceleram redução da pobreza
- 40 Turismo & Trabalho** **Desvendando um setor socialmente importante**
Análise das relações de trabalho no setor revela pontos positivos e negativos
- 46 Programas sociais** **A trajetória dos gastos governamentais**
Pesquisa mostra que o investimento social do governo federal cresceu 74%
- 54 Melhores práticas** **Olhares cruzados**
Projeto promove inclusão social ao aproximar crianças de diversos continentes

Seções

- 6 Giro**
- 62 Circuito**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

- 15 Mário Theodoro**
Consciência Negra: o que comemorar?
- 31 Camillo de Moraes Bassi**
As LTFs e suas disfunções
- 61 Gustavo Trigo**
Idosos à míngua



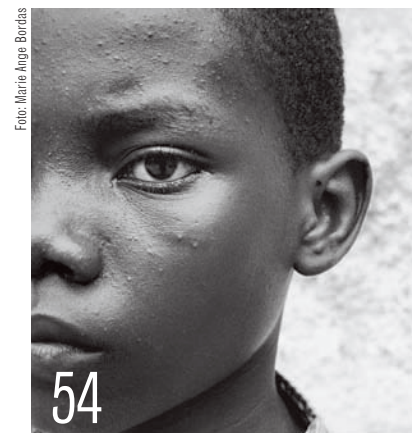
16



32



40



54

Carta ao leitor

Após uma edição temática no mês passado, focada nas análises da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, o leitor recebe agora uma revista com grande variedade de assuntos.

A começar pela reportagem de capa, que trata da TV Brasil, a nova rede televisiva federal, que, em meio à migração do sistema analógico para o digital em todo o sistema de televisão no país, começa neste mês a ter sua programação levada ao ar.

Nesta reportagem, o leitor encontrará informações sobre a gestão da nova emissora, mas desfrutará especialmente de uma abordagem diferente da que encontra na mídia comercial – verá que o novo veículo de comunicação foi criado para estar ao lado do cidadão, e não do consumidor, e com o desafio de contribuir para a inclusão social de extensas camadas da população.

Na abordagem dos grandes temas da política econômica, a revista **Desafios** deste mês traz um debate sobre a política cambial e seus efeitos sobre o lado real da economia e detalha os diversos argumentos que embasam as opiniões invariavelmente divergentes que circulam no meio dos estudiosos do tema.

A revista também se preocupou com os programas sociais e o investimento governamental voltado para o social, tanto no Brasil quanto em outros países.

Uma reportagem sobre a evolução dos gastos do governo brasileiro com programas sociais traz análises inéditas sobre as mudanças no perfil da política social nacional. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que os gastos sociais federais aumentaram 74% entre 1995 e 2005, principalmente pelo crescimento das despesas com Previdência Social e Assistência Social. Conseqüentemente, isso também significou uma forte ampliação dos benefícios sociais, com destaque para aqueles destinados aos mais pobres.

Mas não é só isso. Outra reportagem aborda especificamente os programas de transferência de renda que exigem contrapartidas dos beneficiários, como é o Programa Bolsa Família brasileiro, e os compara a iniciativas de diferentes países vizinhos. Assim, o leitor conhecerá o quanto eles aceleram a redução da pobreza e da indigência – graças a eles, a América Latina e o Caribe, pela primeira vez em 16 anos, contabilizam menos de 200 milhões de pessoas na faixa de pobreza.

O turismo, um setor socialmente importante para o país, mas ainda insuficientemente estudado do ponto de vista de sua capacidade de gerar emprego, é o tema de outra reportagem desta edição.

E, nas páginas mensalmente dedicadas a exemplos de melhores práticas, o leitor conhecerá uma experiência de inclusão social que aproxima de forma engenhosa e criativa as crianças de comunidades em situações de grande dificuldade no Brasil e em diversos países – e que está se tornando um instrumento útil à política externa brasileira com a África, a América Latina e o Caribe.

Desafios oferece ainda aos leitores a entrevista mensal, que desta vez apresenta as posições francas e sinceras da economista e professora Maria da Conceição Tavares, presença marcante na formação das últimas gerações de economistas no Brasil e um dos membros do novo Conselho de Orientação do Ipea.

Desejo a todos boa leitura e Boas Festas.

Jorge Abrahão, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
 Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 906 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

Governo Federal
 Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos
 Roberto Mangabeira Unger
 Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência
 da República

ipea Instituto de Pesquisa
 Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
 www.desafios.ipea.gov.br **do desenvolvimento**

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão
 ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria
 COORDENADORA EDITORIAL Marina Nery
 COORDENADORA ADMINISTRATIVA Mary Cheng
 CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos,
 Estanislau Maria de Freitas Jr., Giovana Tiziani,
 Jorge Abrahão, Jorge Luiz de Souza, Jose Aparecido
 Carlos Ribeiro, Mário Lisboa Theodoro, Marina Nery,
 Mary Cheng, Roberto Müller Filho, Ronaldo Coutinho
 Garcia, Sergei Soares e Sérgio Garschagen

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho
 EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza
 EDITOR – BRASÍLIA Sérgio Garschagen
 EDITORA – RIO DE JANEIRO Fátima Belchior
 EDITORA DE ARTE Débora de Bem
 ASSISTENTE DE ARTE Fabiana Guedes Vianna
 JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

TEXTO Luciana Otoni, Ricardo Wegrzynowski
 e Yolanda Stein
 FOTOGRAFIA Guito Moreto
 ILUSTRAÇÃO Erika Onodera
 REVISÃO Mauro de Barros
 FOTO DA CAPA Marcello Casal Jr./TV Brasil

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 906
 CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
 (061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

segmento

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.
 RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CJ. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
 CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

Política Social e Desenvolvimento



Inserir a política social na discussão sobre o desenvolvimento, reforçando e aprimorando seus instrumentos de atuação, é imprescindível se o que se quer é o desenvolvimento autêntico

Desenvolvimento nacional é uma noção angular no imaginário social e político dos brasileiros – uma sociedade que se constituiu sob o mito do país do futuro, da promessa de realização do ideal civilizatório. Apesar dessa centralidade, a idéia de desenvolvimento ainda carece de conceituação pacífica entre nós. A experiência tem mostrado, contudo, que qualquer estratégia conseqüente neste sentido deve conjugar os objetivos econômicos com as necessidades que o bem-estar das populações impõe, além da preocupação com o aproveitamento sustentável da natureza. No contexto brasileiro, marcado por extremas desigualdades, altos índices de pobreza e qualidade de vida degradada, pensar o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à tarefa de reduzir as disparidades sociais, garantir oportunidades de inserção digna a um amplo contingente da população e ativar a dinâmica da mobilidade social.

Sendo assim, qualquer projeto que se apresente ao debate deve dialogar com a política social. Na perspectiva do desenvolvimento, é necessário que os seus objetivos compensatórios se ampliem, convertendo-se em mecanismos efetivamente inclusivos e transformadores das relações sociais. Sob este prisma, o fortalecimento da política social só tem a contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os novos números do PIB Produto Interno Bruto (PIB) têm sugerido interpretações otimistas sobre as relações entre o crescimento econômico e a proteção social ofertada pela política pública. O consumo das famílias, ao lado do investimento, foi o principal responsável pela expansão do produto – basicamente porque o desempenho da economia vem possibilitando o crescimento do emprego formal e a recuperação dos valores reais dos salários. Mas também por conta da política de valorização do salário mínimo, que repercute especialmente nos estratos inferiores da estrutura salarial e sobre os benefícios sociais (previdenciários e assistenciais). Agregue-se a isso a expansão do Programa Bolsa Família (cerca de 11 milhões de famílias atendidas em 2006) e têm-se, de um lado, o aumento da renda disponível das famílias e, de outro, a continuidade da redução virtuosa na desigualdade dos rendimentos verificada desde 2004.

Entretanto, um projeto de desenvolvimento exige muito mais. Requer que a economia brasileira cresça mais e com maior equidade. O Brasil tem apresentado uma taxa média de expansão do PIB que fica entre um terço e metade das taxas dos países emergentes, sendo que o crescimento da economia brasileira em 2006 ficou à frente somente do Haiti em toda a América Latina. Ao longo dos últimos 20 anos a renda do trabalho perdeu espaço na composição da renda nacional para os tributos e para o lucro das empresas, que se converte em patrimônio para algumas poucas famílias brasileiras. Por outro lado, não é possível pensar em desenvolvimento quando apenas os alunos de 62 escolas públicas do país têm uma educação do mesmo nível da média dos países desenvolvidos, ou quando o quadro sanitário brasileiro ainda é marcado pela incidência de doenças infecto-contagiosas centenárias, reveladoras da péssima qualidade de vida de grande parte da população em termos de acesso ao saneamento, moradia adequada, conhecimento ou informação. O desenvolvimento também não condiz com um cenário social em que a violência e a insegurança pública aparecem liderando toda e qualquer enquete sobre os principais problemas brasileiros e o crime organizado controla porções crescentes de território onde o Estado nunca esteve presente em sua inteireza. Tampouco é compatível com os resultados modestos e tão lentamente alcançado da reforma agrária e da produção de habitações populares.

Inserir a política social na discussão sobre o desenvolvimento, reforçando e aprimorando seus instrumentos de atuação (divisão de competências entre os entes federativos, mecanismos de financiamento, gestão e participação social, entre outros), é imprescindível se o que se quer é o desenvolvimento autêntico, que acabe com a miséria, a pobreza, as desigualdades sociais extremas, a superexploração da força de trabalho e a insegurança pública, e promova um ambiente social coeso, solidário e democrático, valorizador da cultura, dos direitos humanos, das diferenças étnicas, etárias, de gênero e de capacidades.

O Conselho Editorial do Boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise é formado por pesquisadores da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Por Sérgio Garschagen

GIRO

Consumidor

Indenização para cheque sem fundo

Empresa que faz a apresentação de cheque pré-datado antes da data combinada com o cliente tem o dever de indenizar pelos prejuízos que causar ao consumidor. Este é o entendimento do juiz Newton Franco de Godoy, titular do Juizado Especial Cível da Comarca de Diamantino, em Mato Grosso. O juiz determinou à empresa Móveis Gazin o pagamento de indenização de R\$ 10 mil, a título de danos morais e materiais, a uma cliente que teve o nome incluído na lista da Serasa e no Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundo (CCF) por apresentar ao banco um cheque pré-datado antes da data combinada. De acordo com o magistrado, o cheque pré-datado já se incorporou à rotina das pessoas e a sua simples apresentação antes do prazo já caracteriza o descumprimento contratual, que pode gerar prejuízos para o cliente. Por isso, ele entende que o erro da loja gera direito à indenização por danos morais e prejuízos materiais.

Foto: Sxc.hu



Foto: Sxc.hu

Amazônia

Comandante militar mantém contato com universidades

O general de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante militar da Amazônia, e o major-brigadeiro-do-ar Ricardo Machado Vieira, do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, preferiram palestra para professores e estudantes da Universidade Euro-Americana (Unieuro), em Brasília – com direito a debate e a questionamentos da platéia – e deixaram claro a intenção das Forças Armadas em manter contatos com a sociedade brasileira, principalmente com as universidades. A Aeronáutica está convicta de que os países europeus e

também os Estados Unidos podem adotar o sistema de controle aéreo semelhante ao brasileiro. O sistema nacional foi tema de debate em recente encontro realizado na Europa, onde se adota controle militar separado do controle civil. O general Ribeiro Pereira, por sua vez, disse que as Forças Armadas estão cientes e atentas aos movimentos pró-internacionalização da Amazônia, mas defende a cooperação de civis na região. Para ele, não há sociedade civil e muito menos militar, mas apenas sociedade brasileira.

Carreiras

Oficiais em guerra abandonam navios

Primeiro-tenente da reserva da Marinha, Márcio de Abreu Praça Cardoso, 26 anos, teve seus 15 minutos de fama no meio militar. Aprovado em concurso público da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, ele pediu baixa e encaminhou ao comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, e a outros almirantes uma alentada carta – de seis páginas – na qual critica a si-

tução das Forças Armadas e da Armada e explica as razões que o levaram a abandonar uma carreira de quase dez anos. Culpa os baixos salários, as jornadas de trabalho que impedem os oficiais de terem uma vida familiar e diz que o novo cargo, apesar de burocrático, vai garantir a ele e à família melhor qualidade de vida. A carta destaca ainda que há mais oficiais estudando

escondido para concursos públicos, prontos para deixar a Marinha. Afirma que os navios em que trabalhou já não possuem portas estanques nem sistemas de combate a incêndio que funcionem. Por correio eletrônico, enviou a carta para colegas de Escola Naval e alguns outros amigos de farda. Como dizem os marinheiros, “alguma coisa está pegando”.

Desenvolvimento social

Para onde vão os recursos da CPMF

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, informou que 87% dos recursos do Programa Bolsa Família saem da CPMF, segundo publicou o jornalista Paulo Henrique Amorim. Para o ministro, o fim da CPMF implicaria mudanças profundas nas políticas sociais. Ele disse ainda que, "se o Brasil continuar nesse rumo, dentro de uns 15 ou 20 anos será um país com outra face, do ponto de vista social e humano e também do ponto de vista dos valores éticos".

Foto: divulgação



Violência

Crime organizado ameaça a democracia no Brasil

Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, no Brasil o crime organizado é uma ameaça à democracia, de acordo com dois especialistas que participaram do Seminário Internacional sobre o Crime Organizado, na Universidade de São Paulo (USP), no final de novembro. Os professores Michel Misse, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e

TV digital

Novo sistema exige conversor e antena

Para que os aparelhos atuais possam receber sinais digitalizados, será necessário instalar uma antena ultra high frequency (UHF), além de internamente acrescentar um conversor de sinais para os aparelhos de recepção atuais. As transmissões analógicas e digitais, por lei, de-

verão conviver pelo menos até 2016. Assim, durante os próximos anos, casas e edifícios terão duas antenas. A TV digital começou a operar no país este mês, apenas na cidade de São Paulo, e em meados de 2008 chega a Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, prosseguindo

passo a passo até cobrir todas as capitais estaduais até o início de 2009. O conversor (*set top box*) custaria hoje pelo menos R\$ 500, mas poderá ser comprado por um preço mais em conta porque o governo estuda a concessão de benefícios fiscais aos fabricantes.

Comportamento

Homens mentem mais que as mulheres na Alemanha

Pesquisa realizada na Alemanha sobre a mentira, e publicada pela revista farmacêutica *Apotheken Umschau*, destaca que sete em cada dez mulheres afirmam não mentir, enquanto seis em cada dez homens disseram que não são tão rigorosos em relação ao assunto. Mais: 75% das mulheres afirmam taxativamente que não voltariam a

confiar em uma pessoa que tivesse mentido, ante 55% dos homens, que também estão mais dispostos a levar a mentira adiante: 31% deles confessam que, para ficarem melhor, tendem ao exagero em determinadas situações, ante 21% delas. A pesquisa só não revela se os entrevistados mentiram enquanto eram pesquisados.

Investimentos

Melhor que a encomenda

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão prevê que os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no setor produtivo deverão passar de US\$ 35 bilhões neste ano. As aplicações se avolumaram porque o país vive ambiente de estabilidade. No início do ano, os especialistas do mercado financeiro esperavam cerca de US\$ 16 bilhões em IED.

Jay Albanese, da Virginia Commonwealth University, nos Estados Unidos, debateram aspectos conceituais do tema durante o evento realizado pelo Centro de Estudos da Violência da USP, um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), também conhecido como Núcleo de Estudos da Violência (NEV).



Foto: Sre.hu

ENTREVISTA

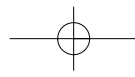
Membro do novo Conselho de Orientação do Ipea expõe suas

Maria da Conceição Tavares

Por Jorge Luiz de Souza
e Roberto Müller Filho

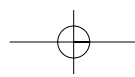
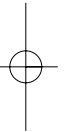
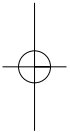
Crescimento deveria ser meta do Banco Central

“**T**omara eu ter o Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos como Banco Central. Eles tratam direitinho das duas metas que eles têm, que são crescimento e inflação. Eles não acham que só têm que atacar a inflação. Eles acham que também não podem mergulhar a economia na depressão”, diz a professora Maria da Conceição Tavares na segunda de uma série de entrevistas da revista **Desafios do Desenvolvimento** com os membros do novo Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Quanto à possibilidade de o Brasil se tornar exportador de petróleo, diz esperar “que não seja tão cedo, porque seria um disparate entrar nessa agora”



opiniões sobre as questões econômicas e sociais da atualidade no Brasil e no mundo

Foto: Guito Moreto



Uma voz aguerrida e independente

Nascida em Portugal e naturalizada brasileira desde 1957, a economista Maria da Conceição Tavares vem exercendo grande influência sobre o pensamento econômico brasileiro nas últimas quatro décadas, como professora, como autora de livros que marcaram essa época e como militante política.

Formada em Matemática em Lisboa e em Ciências Econômicas no Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado nessa área, é professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Rio de Janeiro de 1995 a 1999. Também militou no PMDB de 1978 a 1988.

No início da carreira, pertenceu ao corpo técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos últimos anos, participou do grupo que fundou o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, instituição independente, voltada para investigação e pesquisas sobre temas do desenvolvimento, onde continua a ministrar cursos especiais. Foi também presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

É autora, entre outros livros, de *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira* (1973), *A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira* (1982), *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1984), *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do Brasil* (1985), *Aquarella do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor* (1990), *(Des)ajuste global e modernização conservadora* (1993), *Lições contemporâneas de uma economista popular* (1994), *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização* (1997), *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado* (1998), e *Celso Furtado e o Brasil* (2000).

Em sua obra, com frequência trata do desenvolvimento de países periféricos (com especial ênfase no caso brasileiro) e da sorte dos excluídos economicamente e socialmente. Alinhada com o pensamento dos economistas originários da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto de Planificação Econômica e Social da América Latina e do Caribe (Iipes), mostra especial atenção com temas como as variáveis internas a cada país, as necessidades de financiamento do desenvolvimento e o setor produtor de bens de capital.

Desafios – Essa perda de valor do dólar significa que os Estados Unidos entraram numa crise sem precedentes?

Conceição – Eu já não gosto dessa hipótese porque já se falou dela há mais de 30 anos, quando todo mundo começou a dizer que os Estados Unidos tinham capotado, a indústria deles tinha acabado, o *Made in América* tinha ido para o diabo. A indústria deles, realmente, a não ser a indústria *top*, não concorre hoje com as indústrias do mundo. Só que eles têm os setores muito pesados, não só os financeiros como os de tecnologia. Então, não vão quebrar. Ah, mas tem um déficit de transações correntes, dizem. Isso aí é ignorância, porque o déficit de transações correntes é à custa do mundo, que manda sua poupança para eles. É o que acontece, inclusive, com os chineses, japoneses e nós, a América Latina inteira, todos que têm saldo de balanço de pagamentos que está em dólar estão mandando para eles.

Desafios – E a China é um problema para ao Brasil?

Conceição – Eles puxam o preço das matérias-primas e nós nos beneficiamos disso, porque somos grandes produtores, tanto de minerais como de *commodities* tipo aço ou grãos. Nós só não somos grandes produtores é de petróleo, quer dizer, grandes nós até já somos, por causa do nosso tamanho, mas nós não somos exportadores. E espero que não sejamos tão cedo, porque seria um disparate entrar nessa agora.

Desafios – O Brasil não vai ficar tentado se tornar exportador com essas novas descobertas?

Conceição – Acho que a Petrobras não é uma empresa que se deixa levar por besteira. Ela tem muita capacidade administrativa. E ninguém que eu conheça do governo, que seja do ramo, acha que tem que exportar petróleo, a não ser para trocar – exportar o pesado para importar o leve. Mas, como a matriz energética do Brasil está indefinida, isto também não ajuda nada a definir. Como é que se define uma matriz energética quando está

um caos energético no mundo? Mas, no futuro, um dos problemas que não se apresentam é a energia, a não ser a curto prazo por causa das sandices feitas na década de 1990, porque não se construíram as hidrelétricas. Então, agora tem que construir.

Desafios – Estamos atrasados na energia nuclear..

Conceição – A energia nuclear não entrou na nossa matriz porque se preferiu a hidrelétrica, mas tem tudo para entrar. Todas as possibilidades nós temos. A combinação ideal é complicada porque depende do preço internacional e de como se põe a substituição para etanol, porque etanol é cana e cana significa preço. Eu não considero uma maravilha que a gente vire uma fazenda de cana e um exportador de petróleo. Seria um desastre, está claro? Um país que é exportador de cana, do seu produto derivado e de petróleo não vai a lugar nenhum, como, aliás, todos os países que se especializaram nisso não foram a lugar nenhum. Você conhece algum? A nossa questão é não optar por uma especialização em *commodities*, porque isso é ruim. Primeiro, porque ainda não sabemos quanto dura um ciclo de *commodities*. Segundo, com exceção dos minerais que usam alta tecnologia e são intensivos em capital, as outras são intensivas em terra e mão-de-obra não muito qualificada. Então pioram a distribuição de renda, usam as terras de maneira devastadora.

Desafios – Essa idéia de um mar de cana e de petróleo deve ser esquecida?

Conceição – Um mar de cana e de petróleo é para a gente se afogar. Devemos aplaudir a descoberta de petróleo porque é uma garantia que nós teremos, pelo tempo que necessário for, uma matriz energética complexa, com petróleo, etanol e eletricidade hidráulica, que ainda temos muito a explorar porque é a mais barata e a mais limpa. Não sei por que o pessoal do meio ambiente chateia tanto por causa das hidrelé-

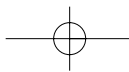


Foto: Guito Moreto



Um país que é exportador de cana, do seu produto derivado ou de petróleo não vai a lugar nenhum, como todos os países que se especializaram nisso não foram a lugar nenhum

tricas, quando é a mais limpa. Em matéria de dotação de recursos naturais, nós somos o contrário da China e somos parecidos com os Estados Unidos.

Desafios – Nesse tema ambiental, é possível deter o aproveitamento econômico da Amazônia, impedir coisas como a rodovia BR-163?

Conceição – Não tem como parar aquilo. Se parar, quebra aquela área inteira. Não é essa a questão. A questão é não desmatar demais, não estimular as pessoas a se enfiarem em áreas ruins. Há o cerrado, que é muito grande, penetra em muitos estados. Se isto vale para soja, vale também para o açúcar. Não vamos fazer grandes plantações só porque queremos ter etanol para exportar. Prefiro exportar manufatura a exportar etanol, que é bom para substituir o petróleo aqui dentro, isso sim. Acho bom que estimulem os automóveis a álcool, em vez de serem todos a gasolina.

Desafios – Para o Brasil, não seria melhor exportar a tecnologia, não o produto?

Conceição – Não vejo nenhuma razão

de exportar o produto. É muito ruim. Nós virarmos exportadores energéticos é uma idéia idiota. Vai exportar em dólar com o dólar que não vale nada? Quer dizer, eu não posso impedir que os empresários brasileiros vão fazer negócios no mundo e se globalizem, porque é o mesmo que pedir que o abacaxi vire pêra. Não vou reverter a globalização, a não ser que ela reverta a si mesma por um estouro cavalari da economia ocidental, que seria uma catástrofe. Claro que não vamos fazer um ciclo anual para depois parar tudo. Mas é que o setor privado quer fazer logo 400 usinas, e querem que o Estado financie tudo. Eles querem fazer, mas é o Estado que financia, como sempre, porque não investem o dinheiro deles. Ora, não pode dar incentivo ao setor privado dessa forma. Não é mercado? Não é capitalismo? Então, o empresário tem que correr o risco. E o governo tem que estudar quais setores, quais atividades e quais tecnologias ele quer incentivar.

Desafios – Com essa desvalorização do dólar, o euro pode ocupar espaço no comércio?

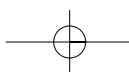
Conceição – Nenhum risco. O euro está tão valorizado quanto nós. É como perguntar se o real pode ocupar esse espaço. Ao contrário, é uma moeda muito valorizada, não tem a menor chance, como em outros tempos o Japão também não teve. Por acaso o iene virou moeda mundial? Se houver um *crash* americano, aí é outra coisa. Mas fica difícil prever. O que aconteceu não dá *crash*, só dá desaceleração. Alguns bancos americanos devem estar mal, mas o Federal Reserve (Fed) não deixa eles quebrarem. Injeta liquidez e baixa a taxa de juros. E baixando os juros, o petróleo sobe. É sempre assim: se o dólar se desvaloriza e o juro americano fica muito baixo, o petróleo sobe, não tem outra. O que aconteceu, aliás, na década de 1970. Uma das razões do petróleo estar como está é que o mercado do petróleo sobe quando o dólar desaba. É provável que, desse preço de quase US\$ 100 por barril de petróleo, 30% seja especulação no mercado de futuros.

Desafios – Mas o Brasil não deveria buscar uma diversificação de reservas?

Conceição – Isso é outra coisa. O que se está propondo agora, não sei se a gente vai fazer ou não, mas a própria China fez. Ela não saiu do dólar para ir para o euro. Fez um fundo soberano, que eles aplicam para comprar ativos de outros países. E estão comprando. E, com esse câmbio como está no Brasil, o risco que a gente corre é da dissolução completa, de comprarem tudo.

Desafios – O Brasil deveria fazer um fundo soberano?

Conceição – É uma boa idéia, mas não sei como a gente vai fazer. Nós já estamos fazendo uma coisa que ninguém achava que íamos fazer, que é vender títulos na nossa moeda, títulos denominados em real. Agora, já temos uma Bolsa que é global. Nós estamos muito globalizados do ponto de vista financeiro. E sem nenhuma tranca. Quando isto ocorre, estar sobrevalorizado é muito perigoso. Porque aí compram.



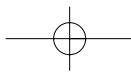


Foto: Guito Moreto



Desafios – Como se explicam esses fenômenos que envolvem a China?

Conceição – Tudo faz parte de um fenômeno que é explicável, mas não há nenhuma teoria que explique. Não é isso que Keynes disse, não é o que aconteceu no século XIX. Não é que termina o ciclo de crescimento e aí vem o ciclo de finanças. E também porque esse tipo de globalização não tinha, não existia no mundo. Essa coisa de fazer deslocamento conforme o câmbio para exportar, mandar filiais de manufaturas para a China, para exportar de lá para os Estados Unidos, isso nunca houve. Pelo contrário, a Inglaterra acabou com a indústria têxtil hindu. Não queria concorrência, está claro? O que era normal no capitalis-

mo era ter filiais para fornecerem matérias-primas. Como a Europa não tinha matéria-prima, os impérios europeus ocupavam colônias para terem ouro, diamante, metal e petróleo.

Desafios – O Brasil conseguirá exportar produtos industrializados com a taxa de câmbio atual?

Conceição – Eu não vejo nenhum problema a longo prazo para nossa pauta de exportações ser diversificada. Não creio que as multinacionais que estão aqui vão embora. O risco é de as fábricas aqui continuarem a produzir para o mercado interno, mas pararem de exportar. É problema, porque aí a nossa pauta de exportações fica quase toda de *commodities*. E um país que tem só uma pauta de *commodities* é um pa-

ís subdesenvolvido. Não podemos ser só exportador de matéria-prima.

Desafios – Mas essa decisão não está no Brasil..

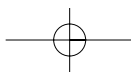
Conceição – Está sim. Nós fizemos uma política de juros imbecil e continuamos fazendo. Não há nenhuma razão no mundo. A taxa de juro americana caiu. Por que a gente mantém esse juro que é o mais alto do mundo? O que eu vejo agora é que não dá para dizer que o modelo do desenvolvimento está completo. Nós não vamos ser exportadores de matérias-primas para a Ásia, se for a Ásia o centro dominante do mundo. Quer dizer, depois de ser periferia da Europa e ser periferia dos americanos, viramos periferia da Ásia? Eu diria que isso não é um modelo que se proponha. Exportar para eles petróleo, açúcar, etanol, minério... Isso lá é futuro para um país? No momento, só estamos ainda exportando manufaturas porque são contratos de longo prazo. Mas se, terminando estes contratos, o câmbio continuar como está, não haverá outros contratos de longo prazo.

Desafios – Qual é a causa de tudo isso?

Conceição – Juros. A causa disso é a taxa de juros, que está mal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe disso, a ministra Dilma Rousseff, o ministro Guido Mantega, todo pessoal com quem eu falo no governo sabe. Então, por que parou o processo de queda dos juros? Eu acho que eles se assustaram. Primeiro, não sabiam como o Fed ia reagir. E não sabiam quão grave era a crise do *subprime*. Foi grave, mas não teve uma desaceleração tão violenta.

Desafios – Para manter o crescimento, a taxa de juros tem de voltar a cair?

Conceição – Não é por conta disso que o país vai voltar a crescer. Esse é um dos equívocos que se cometem. Porque a associação entre a taxa de juros e o investimento supõe que você não tenha recursos públicos mais baratos, e tem, é claro, porque o Banco Nacio-



nal de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acompanha a demanda. Outro galho é a equação financeira externa e interna, é essa brincadeira de câmbio e juro. Com está, essa equação juro e câmbio, nós não agüentamos nem a expansão do mercado interno. Seremos invadidos pelas exportações de todo o mundo. Temos tido saldo com os americanos, mas daqui a pouco vamos ter déficit com eles. Eles é que vão exportar, não somos nós. Então, essa taxa de juros não pode continuar por várias razões, mas principalmente porque ela é um sinal errado do mercado. Não é o mercado que fez, é o Banco Central quem faz. Fosse o mercado... mas não é. O mercado está com juros baixos lá fora.

Desafios – A suspensão do processo de queda de juros não foi por medo da volta da inflação?

Conceição – Não é por causa da meta de inflação que eles mantiveram o juro alto. Tem que parar com essa palhaçada. Foi por causa da coisa externa. Agora é o contrário: por causa da coisa externa, precisamos baixar esses juros para não sermos pegos de calça curta. Porque qualquer variação de moeda mais forte no mundo, com a gente nesta posição, nós vamos tomar chumbo. Isto do ponto de vista do choque. Do ponto de vista do não-choque, das tendências, precisamos baixar os juros para que o câmbio comece a parar de valorizar, devagarinho. Justamente o risco de desvalorizarmos rapidamente é se levarmos uma trombada. Então, temos que acertar os ponteiros com o mercado enquanto há respiro internacional.

Desafios – As eleições do ano que vem nos Estados Unidos podem mudar esse quadro?

Conceição – Não. Economia não tem que ver com a administração, há muito tempo que não. E, depois, eles não são ortodoxos. O que o Fed está fazendo é ortodoxo? Os ortodoxos estão todos na Europa. Tomara eu ter o Fed como Banco Central. Eles tratam direitinho

das duas metas que eles têm, que são crescimento e inflação. Eles não acham que só tem que atacar a inflação. Eles acham que também não podem mergulhar a economia na depressão. Eu espero que, se ganharem os democratas, não lhes ocorra ficar ortodoxos. Mas não é provável porque o Fed não depende de governo nenhum, pode ser republicano, pode ser democrata. O Fed tem uma burocracia permanente, gigantesca, muito experiente. Eles sabem que não podem mergulhar a eco-

nomia americana no caos. O problema é que o Fed não controla, como nenhum banco central hoje controla o mercado financeiro. Essa foi a globalização, por isso que não se parece nada com nada na história. Hoje, o Banco Central não controla o mercado de derivativos, não controla a especulação, não controla todos os títulos que estão fora do *record*. Tem US\$ 3 trilhões hoje dando voltas, que ninguém controla. É uma nuvem ameaçadora, que vai e vem. É feito o clima, não dá para controlar.

Nós estamos muito globalizados do ponto de vista financeiro. E sem nenhuma tranca. Quando isto ocorre, estar sobrevalorizado é muito perigoso

Foto: Guito Moreto



Desafios – Falando da situação interna brasileira, que papel está tendo essa política de transferência de renda?

Conceição – Teve o de tirar o povo da miséria e melhorar a distribuição de renda, que estava péssima. Para certas regiões, justamente aquelas que precisavam mais, como o Nordeste, houve um aumento de compras sensível. Em cerca de 400 municípios, do Nordeste e de outras regiões pobres, como o norte de Minas e região Norte, a renda familiar simplesmente dobrou. Outra coisa boa do Bolsa Família é ter mantido o salá-

ria – aquela que está em torno dos cinco salários mínimos.

Desafios – A política externa está correta?

Conceição – Está. Aponta na direção do que estamos falando. Apóia a integração da América do Sul, não briga com os parceiros. Se o Lula não existisse, estava todo mundo aos palpos uns com os outros. Mas é muito difícil. No caso chileno, por exemplo, não se consegue fazer nada. A presidente Michelle Bachelet é socialista, mas não

que entrem nem negros nem pobres? Tudo aquilo que a gente sabe que tem que ser feito. Eu já acho mais difícil, e longo, as grandes metas universais.

Desafios – O Brasil tem chance de virar uma democracia social?

Conceição – Acho que não dá para acusar o presidente Lula. Não fez nenhuma medida anti-social e tem feito no social o que pode. Só que é pouco. As políticas universais são as mais pesadas e aí ele tem investido, mas leva tempo. Não creio que termine o social no mandato dele. O que é essencial é pôr o país em condições de voltar a se desenvolver economicamente para dar uma certa infra-estrutura para o social. No meu tempo de BNDES, diziam “façam o desenvolvimento econômico

Foto: Guito Moreto




Essa taxa de juros não pode continuar porque ela é um sinal errado do mercado. Não é o mercado que fez, é o Banco Central quem faz. O mercado está com juros baixos lá fora

rio mínimo, que subiu, como piso da Previdência. Não se pode tirar o mínimo como piso porque os velhinhos vão morrer de fome. São os mais velhos, sobretudo da área rural, que seguraram a renda das famílias. Manter a Previdência rural tendo como piso o salário mínimo é uma grande coisa em matéria de distribuição de renda. Aliás, quem estendeu a Previdência ao campo foi o general Ernesto Geisel. Ele era desenvolvimentista, era de direita, mas era desenvolvimentista. Quanto aos anos recentes, houve distribuição de renda para os mais pobres, mas também houve, esse é que é o problema, um achatamento na classe média-mé-

consegue fazer. Os fundos de pensão que haviam sido privatizados agora estouraram, como era de esperar. Está tudo em cima do setor público de novo. Como o preço do cobre está lá em cima, eles estão se segurando.

Desafios – E a política educacional?

Conceição – Uma droga é que os estudantes são extrema-esquerda demais. Então, uns são contra o governo Lula e contra a reforma. Não querem que aumentem as vagas, não querem cotas, dizem que tudo isso tira o nível da universidade pública. Vê se pode? Frequentam a universidade grátis e pobres não são, e ainda por cima não querem

que o social vai por gravidade”. Ninguém era a favor da distribuição de renda. Eu vivia brigando com eles. A velha guarda queria fazer o desenvolvimento das forças produtivas, “e o resto vem por gravidade”. E era mentira, é claro. Agora, o presidente Lula tem feito o social, evitando que o ajuste fiscal e a política monetária atrapalhem. Ele foi o único que fez realmente um programa social de escala alta, a despeito da gritaria que isso aí é assistencialista, de que não vai a lugar nenhum e que isso dá déficit público. Mas está com um problema grave de forças produtivas. Então, agora espero que vários anjos ajudem vários setores. 

Consciência Negra: o que comemorar?



Dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra. A data, aos poucos, vai se firmando como um marco no calendário nacional. Já é tido como feriado em mais de duzentos municípios brasileiros, aí incluídos Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. Mais do que uma celebração, costuma ser ambientado como um dia de reivindicações do Movimento Negro: por mais escolas, por maior acesso aos serviços públicos, pelo fim da violência contra os afro-decendentes, por mais cidadania, por políticas públicas. Os números são expressivos. Qualquer que seja a dimensão escolhida (saúde, educação, emprego, renda, etc.), a situação da população negra é sempre pior do que a da média nacional, abaixo dos demais grupos da população. A existência de desigualdade racial no país é, hoje, algo consensual.

Entretanto, a rigor, o Executivo ainda não se fez presente na condução de políticas públicas efetivas que venham afrontar esse campo de desigualdades. Em 2006, ao somarmos os programas e ações que, total ou parcialmente, se direcionaram à problemática racial, observamos que foram ali movimentados cerca de R\$ 82 milhões, ou seja, 0,09% do total de recursos orçamentários.

Falta priorização, faltam diretrizes, falta dinheiro para a ação governamental. Dois aspectos nos parecem contribuir, de forma decisiva, para esse estado de coisas e ambos têm a ver com uma leitura imprecisa acerca da problemática racial. Primeiramente, a insistência em se atribuir à situação do negro uma justificativa puramente social. A confusão entre o problema racial e o problema social mantém-se presente no debate público sob a máxima de que o preconceito existente é fruto da condição de pobreza que, majoritariamente, atinge a população negra. Nada menos verdadeiro. Negros não são intrinsecamente afetos à condição de pobreza, assim como essa condição de pobreza não pode ser explicada unicamente pela herança histórica nacional.

Ao contrário, cabe ressaltar que, no processo de reprodução da pobreza e das desigualdades de oportunidades, o preconceito (ou a discriminação) racial opera como um mecanismo ativo e perverso na sociedade brasileira. E parece ser esta a causa para que o racismo se faça presente

mesmo, e talvez de uma forma mais pura e candente, nas situações onde o negro se põe fora do contexto de pobreza: um exemplo recorrente é a história de negros de classe média barrados nas portarias de edifícios. Há também uma virulenta reação contra as experiências de implantação de cotas visando garantir a entrada de estudantes negros em universidades públicas, algo que nos causa surpresa. Programas de cotas têm sido utilizados no Brasil há anos e em vários outros domínios sem que isso tenha suscitado reações contrárias. Parecem ser os negros fora de seu lugar os que incomodam. E isso é sim fruto do racismo ostensivo e latente que permeia nossas relações sociais. Nada a ver com a pobreza.

O segundo aspecto, ou melhor, o segundo obstáculo à consecução de ações efetivas de combate à desigualdade racial reside na recorrente tentativa de se colocarem em um mesmo patamar questões diversas como aquelas relativas aos negros, às mulheres ou às minorias de toda ordem. Primeiramente, é importante lembrar que, no Brasil, negros, assim como as mulheres, não são minorias. Representam, cada qual, parcelas significativas de nossa população – mais precisamente, algo em torno de 50%, num e noutro caso. Além disso, a problemática afeta aos negros é distinta daquela concernente à mulher, salvo no caso da mulher negra, mas essa já é uma outra história. No espaço que nos resta, cabe ressaltar que o racismo, que segrega homens e mulheres, meninos e meninas, estigmatiza, macula e atrofia individualidades e potencialidades, não apenas impede o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Em resumo, deveríamos ter em mente que as causas da desigualdade racial residem nas raízes históricas da escravidão. Contudo, sua continuidade reflete o racismo que perpassa todo nosso tecido social. Somos um país racista e o reconhecimento dessa condição é o que nos permitirá acolher e promover as iniciativas públicas e privadas de equalização dessas desigualdades, inclusive – e principalmente – efetivas e pujantes políticas públicas. Aí, sim, teremos todos muito a comemorar.

Mário Theodoro é diretor de Cooperação e Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Deveríamos ter em mente que as causas da desigualdade racial residem nas raízes históricas da escravidão. Contudo, sua continuidade reflete o racismo que perpassa todo nosso tecido social

CÂMBIO



Sinal amarelo no *front* externo

Economistas alertam que o maior aumento das importações em relação às exportações e o câmbio valorizado apontam um possível déficit na balança de transações correntes em 2008, com risco de perda de reservas, mas há os que consideram a atual política cambial necessária ao Brasil

Por **Yolanda Stein**, do Rio de Janeiro

As sonhadas férias na Disneyworld, aeroportos entupidos de turistas apesar da crise aérea, vinhos, champagnes, castanhas e nozes mais acessíveis para o Natal. São facilidades que fazem a festa da classe média em períodos de dólar barato, como o atual. Este é o lado mais visível da política de câmbio flutuante instituída pelo Banco Central em 1999. De outubro de 2002 até agora, houve uma valorização efetiva do real de 59%, sendo 16% somente este ano, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A questão que se coloca é se o atual modelo econômico baseado no câmbio valorizado e juros altos, adotado como remédio para manter a inflação baixa, não irá, a longo prazo, matar o doente, especialmente no caso de uma reversão (para muitos, não tão distante) do auspicioso cenário internacional, seguida de um novo ciclo de evasão do capital estrangeiro.

Outra interrogação é se este modelo atende aos interesses da economia e da sociedade como um todo. Herói ou vilão, dependendo do ponto de vista e certamente dos interesses envolvidos, o real forte se, por um lado, vem contribuindo para conter a escalada dos preços (a inflação deve ficar abaixo da meta de 4,5% em

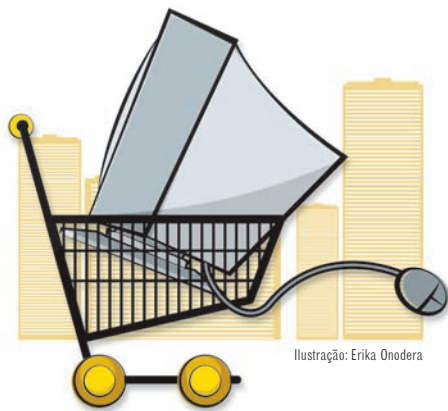
2007), por outro, tende a prejudicar o setor exportador manufatureiro, que estaria perdendo competitividade no comércio internacional, do qual o Brasil participa com o pífio índice de 1%.

Para este ano, há expectativa de um superávit comercial de US\$ 40 bilhões e um crescimento econômico em torno de 4,5% (5,5% na indústria), que, embora baixo em relação a outros países, deve resultar em impacto positivo sobre o nível de emprego. Apesar de o saldo da balança ser significativo, o ritmo de aumento das importações (29,2% de janeiro a outubro de 2007) tem superado o das exportações (15,9%), gerando insegurança quanto ao futuro do balanço de pagamentos.

DÉFICIT O diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, João Sicsú, alerta para o risco de um déficit no saldo de transações correntes já em 2008, se o câmbio permanecer valorizado e a economia continuar crescendo. “Este é o ponto frágil no *front* externo de defesa da economia brasileira”, constata.

O déficit em transações correntes em função do contínuo aumento das importações pode resultar em perda de reservas, seguida de uma possível desvalorização cambial e, no futuro, esti-

Ex-ministro da Fazenda atribui o crescente ingresso de investimento



mular uma fuga de capitais, analisa Sicsú. Câmbio valorizado com crescimento econômico é, sem dúvida, uma combinação perigosa. O Brasil está perdendo um dos seus quatro pilares de defesa econômica: reservas elevadas, dívida externa reduzida, investimento direto estrangeiro

em volume significativo e saldo positivo em transações correntes.

Apesar do cenário macroeconômico positivo, a taxa de juros ainda é alta (11,25%) em relação a outros países, atrás apenas da Turquia (17,5%) e muito acima da dos asiáticos, como Malásia (3,5%), Coréia (4,6%) e China (4,06%), ou da vizinha Argentina (6,7%), atraindo capital de fora. Estes países combinam câmbio competitivo com elevadas taxas de crescimento. No Brasil, embora o Banco Central esteja formando reservas (US\$ 170 bilhões), o custo é alto (pelo diferencial das taxas de juros interna e externa) e ainda assim o câmbio se valoriza. E como as exportações estão crescendo a uma velocidade menor do que as importações, não há outro motivo para a valorização cambial que não seja a vigorosa

entrada de dólares pela conta financeira, explicam os economistas.

FARRA CAMBIAL Nem a depreciação mais acentuada do dólar em relação a outras moedas como o euro e o iene altera o impacto da valorização do real frente à moeda americana no que se refere à competitividade das exportações brasileiras. “Apesar de o real ter se apreciado menos frente a outras moedas do que ao dólar, as exportações continuaram sofrendo um processo de perda de competitividade e de rentabilidade, sendo falacioso o argumento de que não são afetadas pela valorização recente do real frente ao dólar, porque este está também depreciado em relação a todas as demais moedas do mundo”, avalia o professor José Luis Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade Fe-

Uma volta ao passado

O impacto do câmbio valorizado alterou a estrutura das exportações brasileiras. Os indicadores mostram que a participação dos produtos básicos na pauta vem crescendo significativamente. Neste ano, de janeiro a outubro, representaram 32,1% (29,6% no mesmo período de 2006), enquanto os manufaturados perderam posição, participando com 52,3% (54,2% em 2006), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, esses resultados são consequência da taxa de câmbio, que vem provocando a queda da participação dos manufaturados nas vendas externas. “É uma volta ao passado, como se o Brasil não tivesse se industrializado nos últimos 20 anos.”

Castro destaca que pela primeira vez, desde 1983, os manufaturados vão ficar abaixo de 53%, ao mesmo tempo que os básicos, também pela primeira vez desde 1986, vão ultrapassar 32% na pauta de exportações. E isso porque no item manufaturados estão incluídos produtos apenas processados, como suco de laranja. “Mal ou bem, o Brasil vinha diversificando seu comércio exterior, criando uma cultura exportadora de manufaturados. Mas em 2005 começaram a aparecer os primeiros reflexos negativos do câmbio, agravados em 2006 e 2007”, lamenta.

O avanço dos preços das *commodities* no mercado internacional (mi-lho, carnes de frango e bovina, fumo, soja, café, petróleo e minério de ferro, entre outros) continua sustentando a balança comercial. No caso dos manufaturados, registra-se neste ano queda nas vendas externas de diversos produtos, como automóveis, óleos combustíveis, peças para veículos, laminados de ferro e aço e calçados. Não somente as micro e pequenas empresas, mas também as grandes, começam a ser afetadas.

O crescimento das exportações foi de 15,9% entre janeiro e outubro deste ano, enquanto as importações subiram nada menos do que 29,2% no mesmo período. Para 2008, o quadro é ainda mais desanimador, diz Castro. A manter-se o atual cenário favorável no mercado internacional, as exportações deverão crescer apenas 6% e as importações, 15%. A projeção é de que o superávit caia de US\$ 40 bilhões este ano para US\$ 30 bilhões no próximo, registrando-se déficit na balança de transações correntes.

Estudo feito pela AEB mostra a tendência de aumento da concentração do comércio exterior brasileiro nas grandes empresas, principalmente as que comercializam *commodities*, com a saída de pequenas e micros por falta de rentabilidade e competitividade. Em 2005/2006, 842 empresas deixaram de exportar. Em 2006, empresas com exportações abaixo de US\$ 1 milhão (73% do total) partici-

estrangeiro à confiança na estabilidade e no potencial da economia

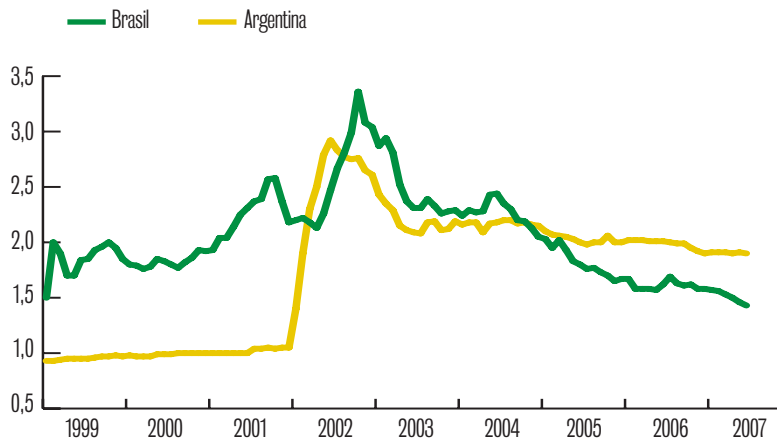
deral do Paraná (UFPR) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Não nos iludamos: o câmbio está se apreciando de forma bastante pronunciada e, mais cedo ou mais tarde, vamos pagar a conta dessa ‘farra cambial’. Talvez não por intermédio de uma crise cambial, mas certamente por uma redução significativa da diversificação da estrutura industrial, com reflexos negativos sobre o crescimento de longo prazo da economia brasileira”, afirma.

CONFIANÇA O fato de a moeda nacional estar muito valorizada em relação ao dólar (R\$ 1,794, em 3 de dezembro) e os sinais de uma possível retração da economia americana não são motivos de alarde para economistas como o ex-ministro da Fa-

Evolução da taxa de câmbio

Taxa de câmbio real - comparação entre Brasil, Argentina e Malásia
Média mensal (moeda nacional por dólar)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

param com apenas 1,6% do total exportado, uma queda em relação ao ano anterior (2%). Também diminuiu o número de empresas que exportaram abaixo de US\$ 60 mil dólares. Sua participação no valor exportado passou de 0,11% para 0,09% em 2006.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), diz que o câmbio valorizado resultou em exportações abaixo do potencial do país, afetando principalmente produtos com maior valor agregado. Cita o caso da indústria automobilística, cujo crescimento está perdendo força.

Para o diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Sicsú, o câmbio valorizado vem fazendo o país caminhar em uma direção perigosa: “O Brasil está se especializando em exportar *commodities*, manufaturados com baixo valor agregado e produtos de origem alimentar. Diz que, embora as exportações continuem num ritmo de crescimento elevado, os produtos brasileiros perderam competitividade lá fora, exceto as *commodities* em alta no mercado internacional. Produtos básicos e semimanufaturados ganham maior participação na pauta de exportações, enquanto os manufaturados mostram tendência de queda”. Segundo Sicsú, a política de câmbio valorizado não favorece a atividade de exportação de produtos que dependem de um câmbio competitivo, como eletrodomésticos e calçados.

Análise realizada pelo Iedi revela que a indústria está passando por uma mudança estrutural, com concentração de valor em poucos segmentos. No período 1996-2005, dos 24 setores industriais, apenas sete ganharam peso. Essa concentração ocorreu devido ao aumento significativo de setores processadores de *commodities*, como de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, metalurgia básica e indústrias extrativas.

Assim, observa-se que a mudança estrutural é função não só da apreciação do câmbio, mas também da elevação dos preços internacionais das *commodities*.

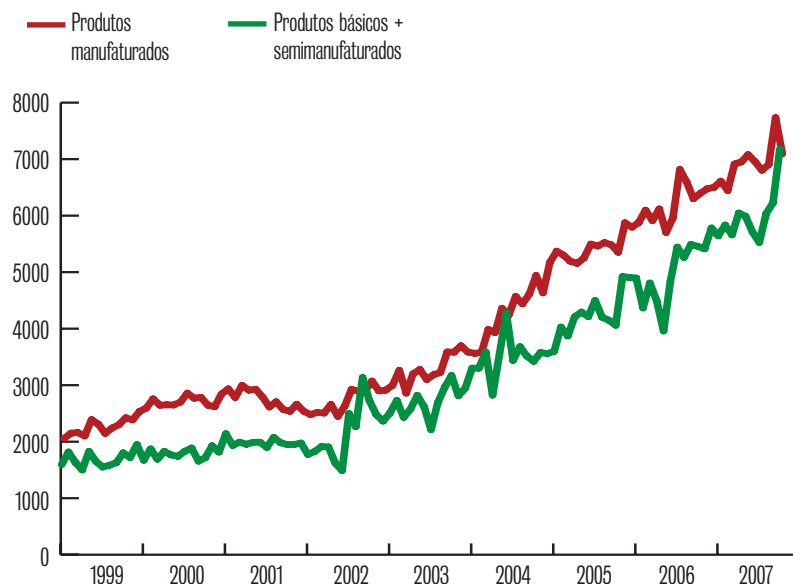
Políticas internas de investimento com propósito de assegurar auto-suficiência de produção nesses produtos foram também importantes. A participação deles na estrutura industrial mais do que dobrou de 1996 a 2005. Esse setor tem sido o principal responsável pela expansão da indústria, em especial de 2004 para 2005. Nesse sentido, a indústria brasileira está ficando mais “petroleira”, revela a pesquisa.

O câmbio valorizado vem prejudicando mais as indústrias que utilizam mão-de-obra intensiva, como têxtil, móveis e calçados. Já as que dependem de insumos importados têm conseguido manter a rentabilidade.

Vozes contrárias à dependência do país à entrada de capitais questionam

Os produtos básicos e semi-elaborados brasileiros ganham espaço na pauta de exportações

Série dessazonalizada - média mensal (em US\$ milhões)



Fonte: Mdic/Secex

zenda Maílson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria Integrada. Entusiasta da atual política cambial, ele critica “a tendência de certas pessoas a olhar sempre pelo lado negativo”.

Maílson da Nóbrega atribui o fluxo crescente de investimentos estrangeiros diretos e para o mercado de capitais à solidez dos atuais fundamentos econômicos, aliada à confiança na estabilidade e no potencial da economia. “O risco-Brasil está num nível melhor do que se pensava e os mercados estão antecipando os efeitos da provável obtenção do grau de investimento esperado para 2008.”

Outros fatores citados como positivos são o país ter se tornado “estruturalmente superavitário” em comércio exterior e a isenção do Imposto de Renda aos investidores estrangeiros que aplicam em títulos públicos.

Para o ex-ministro, não tem força a tese de que os juros seriam a causa da valorização cambial. Exemplifica que nem mesmo a queda das taxas nos últimos dois anos di-

Nota Técnica: Touros, ursos e as taxas de câmbio e juros

■ No mercado financeiro, um agente touro é comprador de títulos, um agente urso é vendedor. O primeiro quer obter ganhos de capital, o segundo quer evitar perdas de capital. No mercado global, touros adquirem títulos domésticos e ursos, dólares para poder adquirir títulos livres de risco. Numa economia fechada, touros compram títulos porque esperam uma queda da taxa de juros, o que implica obter ganhos de capital (no caso dos títulos serem perpétuos); em uma economia pequena e financeiramente integrada (considerando o risco de *default* desprezível para um tempo muito curto), touros adquirem títulos se não esperam uma desvalorização que seja maior do que o diferencial de taxa de juros (doméstica e internacional) em determinado período, o que imporá uma perda de capital.

■ A taxa de câmbio será influenciada, portanto, pelas decisões desses dois grupos (ursos e touros). Será influenciada e *não determinada*, porque dólares circulam na esfera “financeira global” e na esfera “industrial global” de um país. Em outras palavras, dólares são negociados não apenas por ursos e touros, mas também por importadores, exportadores, investidores em bens de capital, etc. Tal como em uma economia fechada, o ativo plenamente líquido em uma economia aberta circula em duas esferas: a industrial e a financeira (segundo o jargão estabelecido por Keynes no seu *Tratado sobre a Moeda*).

■ Quando predominam ursos na circulação “financeira global”, a taxa de câmbio tende a se desvalorizar. Quando predominam touros, tende a haver uma valorização da taxa de câmbio. Portanto, em uma economia pequena e financeira-

mente integrada, touros e ursos ganham força para determinar a taxa de câmbio e, por conseguinte, a taxa de juros — já que os governos sofrem de *fear of floating* e os estoques de reservas que seus bancos centrais possuem são limitados. Assim, a taxa de juros, tal como em uma economia fechada, dependerá também das reações desses grupos. Contudo, em uma economia aberta, ocorrerá pelo preço do dólar (ou seja, via taxa de câmbio).

■ Em uma economia pequena e financeiramente integrada, as expectativas de agentes touros e ursos que atuam no mercado de divisas estão baseadas em uma taxa normal de câmbio (análoga à taxa de juros normal descrita por Keynes). Quando as expectativas para uma grande parte dos agentes são de que a taxa câmbio de mercado é muito baixa em re-

se os custos da valorização cambial não excederem suas vantagens

minuiu a entrada de capitais, que deve passar de US\$ 80 bilhões. E que o dólar canadense se valorizou acima do real este ano, apesar de o país ter juros baixos. “No conjunto, o fluxo de capital é o maior fator da valorização. O dinheiro que entra, ao contrário do que se fala, não é especulativo e vem atraído pela estabilidade econômica.”

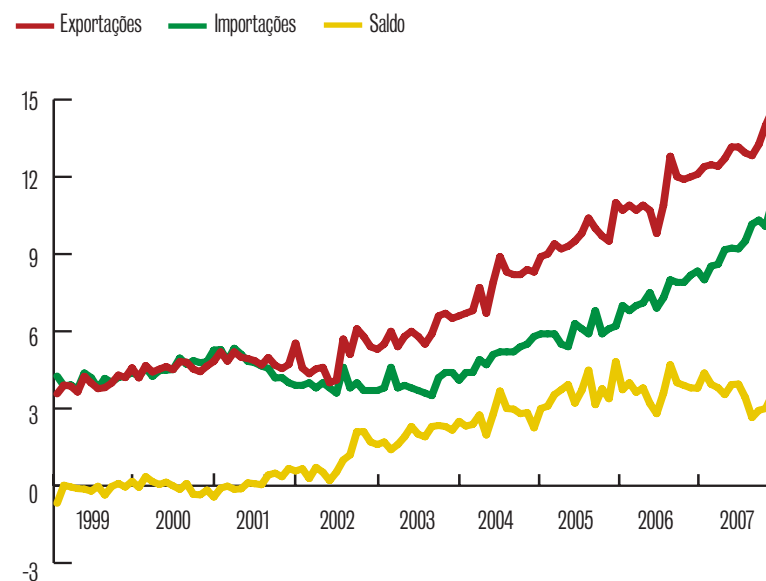
Ele também vê com bons olhos os efeitos do real forte sobre a indústria, uma vez que os empresários podem aproveitar a valorização para importar bens de capital, se modernizar, aumentar sua capacidade produtiva e se preparar para uma concorrência mais severa em mercados abertos.



Ilustração: Erika Onodera

As exportações brasileiras já crescem menos do que as importações

Série dessazonalizada - média mensal (em US\$ milhões)



Fonte: Mdic/Secex

Por **João Sicsú** - diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea

lação a sua taxa de câmbio normal e que esta diferença é percentualmente maior do que a diferença entre a taxa de juros doméstica e a internacional, o mercado estará composto de forma predominante por ursos. Os resultados prováveis serão uma fuga de capitais e uma possível crise cambial.

■ Quando o preço do mercado cambial é muito volátil, mais voláteis tendem a ser as taxas consideradas normais desse mercado, portanto, voláteis tendem a ser as expectativas, particularmente, em momentos de crise. No mercado cambial, a experiência internacional tem demonstrado que crises de desvalorização (trajetória abrupta e ascendente do preço da moeda estrangeira) correspondem a períodos de aumento da volatilidade da taxa de câmbio.

O diagnóstico da Fiesp

Preocupada com a superoferta de dólares e a valorização cambial da moeda brasileira, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) elaborou o estudo “A Conta Financeira e a Superoferta de Dólares”. Entre as medidas propostas para conter a valorização do real e contrabalançar o grande fluxo de moeda estrangeira está o estímulo a financiamentos de exportações em reais, evitando arbitragens por conta da alta taxa de juros praticada pelo Brasil. Outra idéia é alterar os limites de financiamento de importações, que em muitos casos também geram arbitragem. A Fiesp propõe também acelerar o pré-pagamento da dívida externa do país e, o que considera mais importante, voltar a tributar o capital estrangeiro aplicado nos títulos da dívida pública, que hoje está isento.

Segundo a entidade, em apenas 18 meses,

somando o primeiro semestre de 2007 e todo o ano de 2006, entrou no país em moeda estrangeira um valor superior a todo o período correspondente entre 1973 e 2005, ou 384 meses. Em 32 anos, o Brasil teve saldo equivalente a US\$ 92,17 bilhões, comparado a US\$ 92,18 bilhões somente nos 18 meses analisados.

Assim, o superávit das transações correntes representou apenas 7,1% da oferta de dólares este ano, sendo, de acordo com o estudo, despropositado imputar-lhe a responsabilidade pela valorização do câmbio. “Além disso, o aumento das importações e a conseqüente diminuição do saldo comercial pouco resolveriam a superoferta de dólares, o que está mais relacionado à arbitragem entre taxas de juros e a captação recorde de investimento estrangeiro direto (IED) do que ao superávit comercial.”

Mudanças nas taxas de câmbio são quase sempre fortes e rápidas

CRESCIMENTO Outro economista confiante nos bons resultados do fortalecimento do real é Marcelo Nonnenberg, pesquisador do Grupo de Análise e Previsões (ex-Grupo de Conjuntura) do Ipea. Depois de lembrar que o Brasil, historicamente, sempre teve o crescimento barrado por crises externas, afirma que, após a adoção da política de flutuação cambial, o país vem apresentando crescimento crescente. E conseguiu resistir à crise externa de 2002, quando o dólar ultrapassou R\$ 3,00, sem precisar recorrer à ajuda externa. Em termos de comparação, ele mostra que, apesar da valorização de 59% do real entre outubro de 2002 e outubro de 2007, a taxa hoje está 22% mais depreciada do que a média do período 1995/1998.

“Esperava-se um retrocesso nesse valor, porém o real se fortaleceu além da expectativa, provocando queixas por parte dos setores exportadores. Mas se o câmbio fosse tão desfavorável, como alguns querem fazer crer, as exportações já teriam sentido, porque desde 2003 a taxa vem se valorizando fortemente”, argumenta Nonnenberg. E cita como exemplo a média diária das exportações, que passou de US\$ 120 milhões para US\$

330 milhões entre 2002 e 2007, um crescimento superior à média mundial. Segundo ele, não apenas as vendas externas dos produtos básicos subiram, beneficiadas pela alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, como os manufaturados também ganharam maiores fatias de mercado a partir de 2005, período de intenso fortalecimento do real.

Considerando este cenário, diz que para setores que exportam muito e também importam a taxa de câmbio tem menor influência. Para estes, o crescimento da demanda mundial e a competitividade de suas empresas são mais importantes. Já aqueles mais afetados pelo câmbio puderam investir em inovação tecnológica, de forma a obter ganhos de produtividade que lhes permitiram compensar parcialmente a valorização cambial. Admite, no entanto, que quanto mais a moeda ganha valor, os efeitos negativos sobre as exportações são mais significativos.

Nonnenberg aponta também o outro lado da moeda: “A taxa flutuante contribuiu de forma substancial para conter a inflação, permitindo ao Banco Central reduzir os juros de 2003 até agora. Se o câmbio permanecesse em torno de R\$ 3,00, a redução dos juros, provavelmente, teria sido

menor. A queda das taxas trouxe benefícios para a economia e para a sociedade como um todo, como o aumento da renda real. Também o expressivo saldo comercial permitiu o acúmulo das reservas internacionais, que estão na casa dos US\$ 170 bilhões”.

Assim como o ex-ministro Mailson da Nóbrega, o pesquisador do Ipea diz que o Brasil está menos vulnerável e razoavelmente protegido de uma crise internacional. “Essa política tem um custo, mas na balança o resultado foi benéfico”, assegura. E deixa uma interrogação: “Se o câmbio não estivesse nos níveis atuais, teria havido maior crescimento da economia?”.

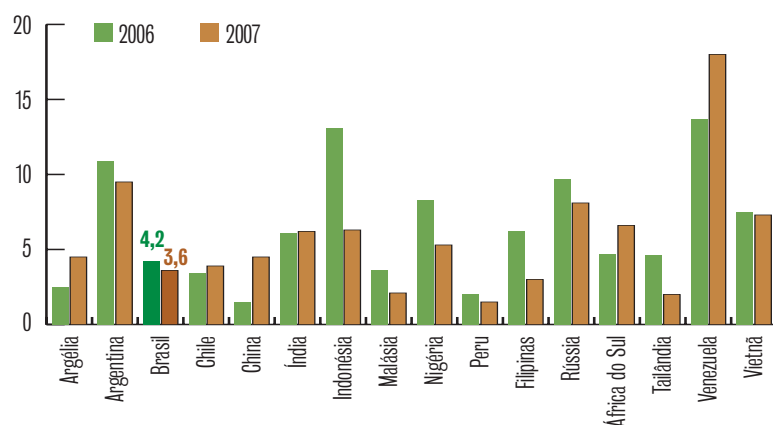
FRAGILIDADES Ao contrário dos que apostam na menor vulnerabilidade da economia a choques externos, eleva-se a voz dos que apontam a fragilidade do atual modelo e criticam a dependência do país à entrada líquida de capitais, questionando se os custos da valorização cambial não estariam excedendo suas vantagens. Entre esses custos citam a erosão gradual das contas externas, prejuízos para a atividade industrial, redução da competitividade dos produtos de exportação, substituição da produção nacional por importações e até a transferência de processos produtivos para o exterior com efeitos negativos sobre o crescimento e o emprego.

Economistas e entidades representativas da classe empresarial, como a Associação dos Exportadores do Brasil (AEB), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) batem na tecla da necessidade de queda nos juros e depreciação da moeda nacional, de forma a estimular investimentos, aumentar o ritmo de crescimento e erguer uma muralha para barrar a recessão, no caso de os bons ventos da economia mundial deixarem de soprar.

Segundo José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB, a manter-se o atual cenário econômico, as projeções indicam para 2008 um aumento de 15% nas im-

Preços bem comportados

Taxa de inflação no Brasil comparada com outros países - 2006 e 2007 (em %)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (outubro 2007)

demais para permitir que as empresas se adaptem, diz professor

portações e de 6% nas exportações, com o superávit de apenas US\$ 30 bilhões, apontando para um possível déficit na balança de transações correntes.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e consultor do Iedi, afirma que o câmbio valorizado deprime o investimento, especialmente em setores intensivos de capital, as grandes empresas, que apenas estão completando projetos iniciados em anos anteriores, com base em outro quadro cambial. “O boom dos investimentos na economia é coisa do passado, principalmente considerando-se aqueles estratégicos, planejados a mais longo prazo. O que temos são adaptações das empresas dos diversos setores ao crescimento da demanda”, comenta.

Mudança importante, segundo ele, é o fato de a economia, que vinha crescendo menos por conta do câmbio valorizado, estar apresentando bons resultados, com previsão de taxa de crescimento de até 5% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2007. “Pela primeira vez, uma valorização importante da moeda nacional não irá afetar o setor industrial, que deve crescer 5,5% este ano, em comparação aos 3% registrados em 2006”, afirma Almeida.

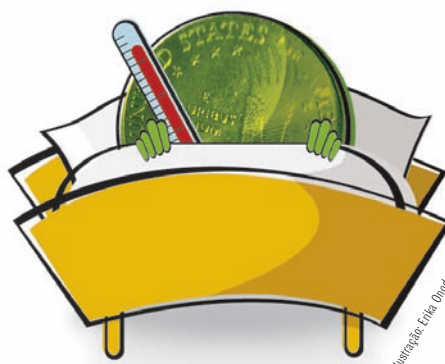


Ilustração: Erika D'Oliveira

Mas alerta que o maior dinamismo do mercado interno, contrabalançando perdas com as exportações, pode não ter sustentação por muito mais tempo: “O efeito acelerador do crédito ao consumidor, que vem crescendo 20% ao ano, há três anos, pode cessar, e aí o câmbio volta a desestimular os investimentos”.

“Comenta-se que a valorização cambial é inexorável, mas tanta valorização certamente não é inexorável. Os investimentos poderiam ser muito maiores se o câmbio fosse adequado”, diz.

GENOCÍDIO Outra voz no debate é a do professor José Luis Oreiro. É categórica sua avaliação do atual modelo econômico: “Trata-se de uma política deliberada de genocídio do empresariado nacional”.

Isso se dá porque juros elevados reduzem investimentos produtivos e deprimem a competitividade e a lucratividade do setor exportador. Ele relembra que, apesar do aumento das exportações brasileiras nos últimos cinco anos, a participação do país no comércio internacional hoje (1,1%) é inferior à registrada em 1985 (1,3%). Ou seja, as vendas cresceram menos do que a média do resto do mundo. “Dessa forma, a demanda externa perde força como possível fonte de aceleração do crescimento da economia brasileira.”

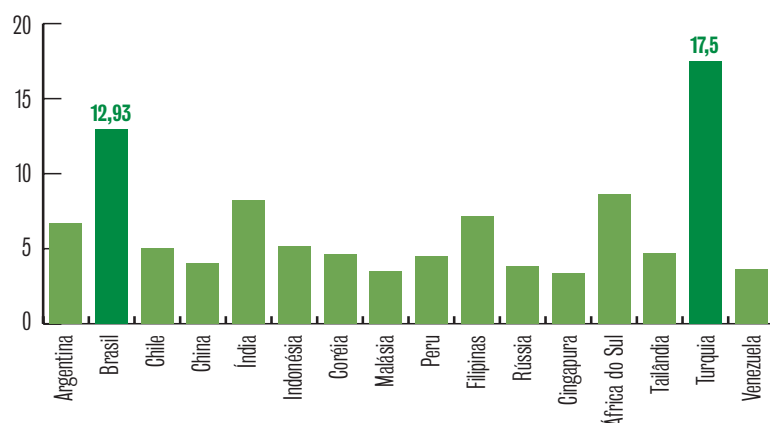
Ao argumento de que as empresas tendem a se modernizar tecnologicamente de forma a ganhar maior competitividade nos mercados externo e interno, ele rebate: “A taxa real de câmbio tem se apreciado cerca de 20% ao ano desde 2003. Não há inovação tecnológica ou esforço de modernização que consiga superar isso. Mudanças nas taxas de câmbio são quase sempre fortes e rápidas demais para permitir que as empresas se adaptem”.

Segundo Oreiro, se o Brasil não quiser ficar para trás na corrida do crescimento, precisa manter e ampliar o grau de diversificação de sua estrutura industrial. Para isso é necessário, embora não seja suficiente, manter uma taxa de câmbio competitiva. O câmbio muito valorizado resulta na especialização da estrutura produtiva, com riscos de novas perdas do dinamismo das exportações nos próximos anos, diz.

O professor da UFPR defende um modelo macroeconômico que possa desatar o nó da combinação juros elevados e moeda valorizada, que reduz as possibilidades de expansão das exportações e do investimento. Um modelo que tenha como objetivo o crescimento econômico com estabilidade de preços. E, para evitar uma aceleração prolongada da inflação, sugere um ajuste fiscal de longo prazo, com a contenção dos gastos de consumo corrente do governo. Seu foco recai sobre a China. “Este país, assim como Índia e Coréia do Sul, tem crescido a taxas muito superiores às brasileiras, aliando estabilidade de preços e juros relativamente baixos.”

Taxa de juros no Brasil é a segunda mais alta do mundo

Taxa de juros reais de mercado - 2007 (em %)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (outubro 2007)

TV PÚBLICA

Criada sob os preceitos da universalidade, pluralidade e diversidade, a nova rede nacional de televisão pública brasileira começou este mês suas transmissões em meio à migração da tecnologia analógica para a digital em todo o sistema televisivo do país, e com o propósito de ser uma opção à programação das emissoras privadas, que têm por critérios primeiros a audiência, a remuneração do capital e o estímulo ao consumo

Por **Luciana Otoni**, de Brasília

A entrada em operação neste mês da TV Brasil, a nova rede nacional de TV pública, foi a materialização de um ideal de emissora fundada nos preceitos da universalidade, pluralidade e diversidade, contrapondo-se ao paradigma exclusivamente comercial. Mas a sua criação provocou críticas quanto ao risco de influência política e da manipulação da programação.

Responsável dentro do governo pela estruturação da TV Brasil, o ministro titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Franklin Martins, afirma que o temor de manipulação é legítimo, mas rebate que parte das críticas quanto ao risco de influência política do conteúdo é resultado de uma “percepção preconceituosa”, que tem dificuldade em vislumbrar uma TV pública que cumpra os objetivos sociais de proporcionar acesso à cidadania. “O tempo irá mostrar que as pessoas que possuem essa opinião estão erradas”, diz.

Concebida sob o signo do exercício da cidadania e em meio à migração do sistema analógico para o digital em todo o sistema de televisão no país, a TV pública, embora já esteja com seu primeiro programa no ar, ainda está sendo estruturada e tem o propósito de em poucos meses se constituir em uma opção à programação das emissoras privadas que têm por critérios primeiros a audiência, a remuneração do capital e o estímulo ao consumo.

Conhecedores da trajetória da televisão no país salientam que não basta distinguir a TV pública partindo do pressuposto técnico e de abrangência nacional, porque esses atributos também são cumpridos pela TV comercial, ainda que com padrão ques-

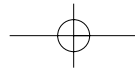
tionável. A nova rede tem por desafio se transformar em fórum que abrigue a diversidade de opiniões, seja espaço para as diferentes realidades que compõem o cenário brasileiro, seja analítica sem renunciar ao posicionamento crítico.

Contudo, dizem os especialistas, são igualmente representativos os riscos de um conteúdo doutrinário ou influenciado pelos governos. Entre jornalistas, intelectuais e especialistas em mídia direta ou indiretamente vinculados à TV Brasil há uma virtual unanimidade quanto a que caberá à sociedade zelar pela credibilidade e autonomia da nova emissora.

CONSELHO É nesse contexto que desponta a importante figura do Conselho Curador da TV Brasil, responsável pela formulação de diretrizes e fiscalização da atuação da nova emissora. O conselho foi formado no final de novembro com 20 membros originários de diferentes substratos sociais. Do total dos membros, 15 representam a sociedade, quatro vão ser representantes do governo e um, dos funcionários.

A responsabilidade do Conselho Curador da TV Brasil vai ser de fato e de direito. Juntamente com a atribuição de formular diretrizes, o grupo vai fiscalizar o cumprimento dos preceitos traçados para a programação e poder interferir na gestão da emissora caso haja a avaliação de descumprimento dos parâmetros fixados.

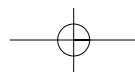
Embora o regimento ainda esteja em elaboração, uma das regras já estabelecidas define que o colegiado terá poderes para emitir voto de desconfiança para um dos diretores ou para toda a diretoria, caso haja indícios de não cumprimento dos objetivos



Em nome da cidadania



Foto: Marcelo Costa Jr. / TV Brasil



Conselho Curador tem 20 membros, sendo que 15 representam a sociedade,

traçados. Na hipótese de dois votos de desconfiança para um dos membros da diretoria, ele deverá ser substituído, e isso poderá acontecer de uma só vez até com toda a diretoria.

Formalmente, o presidente será escolhido pelo próprio conselho. Um dos seus mais destacados membros, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, qualifica o conselho como adequado para “proporcionar maior peso à opinião de cada um dos integrantes”. A seleção dos nomes obedeceu ao critério de representatividade e diversidade da sociedade, com a escolha de personalidades com trajetórias pessoais não-partidarizadas, com imagem pública respeitável e que possuem percepção da comunicação como estratégica para o desenvolvimento da cidadania.

Ele diz que todos os membros “possuem capacidade de compreender a opinião alheia e uma percepção de que a sociedade avança para desfrutar de autonomia em termos de uma liberdade esclarecida. Uma sociedade capaz de construir projetos, fazer escolhas, interagir com os demais de forma civilizada, que representa o projeto original dos valores da sociedade moderna”.

De forma enfática, Belluzzo salienta o princípio central do colegiado. “Não faremos parte do Conselho Curador para sancionar a tentativa de inculir nas pessoas o que devem pensar, essa uma característica geral da mídia privada. Buscaremos sempre um posicionamento plural, que mostre capacidade de incluir opiniões que reflitam o pensamento da nação.”

CIDADANIA O ministro Franklin Martins afirma que o momento ainda é de se dedicar à estruturação de uma TV pública sólida, capaz de resistir às tentativas de manipulação e que possua um modelo de gestão que retire do Palácio do Planalto o centro das decisões sobre a programação. Boa parte dessa tarefa caberá ao Conselho Curador, que Martins qualifica como detentor de poderes para zelar pela credibilidade da nova emissora.



O Repórter Brasil, com uma hora diária, traz para a televisão tratamento analítico para temas que não são...

Martins relembra que todos os países representativos do ponto de vista da inserção internacional possuem TV pública e que a ausência desse tipo de experiência no país se deveu à falta de investimento e destinação de recursos. As primeiras experiências, acrescenta o ministro, ocorreram nos estados cujas emissoras sempre operaram com escassez de recursos, sem identidade e às vezes confundindo o fazer televisão com a educação a distância.

Ele revela a intenção se negociar a participação dos estados na forma de prestação de serviço universal e com programação que considere as distintas realidades regionais. “Faremos uma TV com todos os sotaques”, diz. E acrescenta que “a TV pública é importante porque a TV comercial tem de se financiar, tem de se viabilizar comercialmente e por isso trata o telespectador como consumidor. Ela vende espaço publicitário, remunera

o capital e volta a se viabilizar se houver consumidores e consumo. O objetivo da TV pública é tratar o telespectador como cidadão. É estimular o espírito crítico e a reflexão”, explica o ministro.

Tida como a mais bem-sucedida experiência televisiva de comunicação, o modelo britânico de TV pública – a BBC – é um dos parâmetros da TV Brasil. Sobre a BBC e sua relação com a nova experiência brasileira, a presidente da TV Brasil, jornalista Tereza Cruvinel, diz que a mera importação do modelo britânico não é cabível no Brasil, assim como não é para a maioria dos países. Ela relata que o suporte financeiro da BBC é obtido mediante a cobrança anual de uma taxa para cada domicílio da Inglaterra, em valor equivalente a R\$ 600, que ela considera possível para uma sociedade de classe média como é a britânica, mas não aplicável à realidade brasileira. “Fala-se muito em BBC, que se transformou em

quatro são autoridades do governo e um representa os funcionários

Foto: Marcello Casal Jr./TV Brasil



...abordados nos jornais das emissoras comerciais

parâmetro mundial de qualidade, mas não teremos condições de reproduzir esse modelo de financiamento”, diz.

Ainda que seja difícil implantar o formato de financiamento, para Luiz Gonzaga Belluzzo, a BBC se mantém como referência maior. Ele assinala que a emissora sempre primou por oferecer comentários imparciais, programas de vários gêneros e qualidade técnica e de conteúdo. “A BBC é a TV pública mais bem-sucedida. No jornalismo, há pouca opinião do âncora, os repórteres tentam ser objetivos na cobertura dos fatos, o acesso é amplo e se percebe o alto grau de liberdade e autonomia.”

A despeito de uma trajetória ímpar entre as experiências da comunicação televisiva, a BBC enfrenta desafios, entre os quais o interesse que ocasionalmente surge referente à privatização. Estudioso do modelo britânico, o professor Laurindo Leal Filho, do Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo, relembra que na

Os números da TV Brasil

TV Brasil — Empresa Brasil de Comunicação

Estrutura	4 canais (1 no Rio de Janeiro, 1 em Brasília, 1 em São Paulo e 1 no Maranhão)
Quadro operacional	1.800 funcionários (no estágio inicial)
Expansão territorial	22 emissoras estaduais e tevês universitárias e comunitárias (por meio de convênios)
Início das atividades	Fusão da programação da TVE do Rio de Janeiro com a da Radiobrás em Brasília. Veiculação de um novo telejornal , o Repórter Brasil, gerado em Brasília
Vinculação institucional	Empresa Brasil de Comunicação, empresa estatal na forma de sociedade anônima de capital fechado
Diretoria	1 diretor-presidente, 1 diretor-geral, 1 diretor de Jornalismo, 1 diretor Administrativo-Financeiro, 1 diretor de Programação e Conteúdo, 1 diretor de Relacionamento e Rede, 1 diretor de Serviços e Negócios, e 1 diretor de Suporte
Conselho Curador	20 membros (inspirado no modelo britânico de TV pública), com 15 representantes da sociedade, 4 do governo e 1 dos funcionários
Orçamento para 2008	R\$ 350 milhões
Capital social	R\$ 200 milhões

Programação tem foco em educação, cultura, informação, manifestações

década de 1980, durante a gestão da primeira-ministra Margareth Thatcher, o governo da Inglaterra mostrou a intenção de privatizar a emissora. A proposta foi duramente rejeitada pela população. Foram a imagem e a forte presença da BBC junto ao público que levaram os britânicos a protestar no Parlamento e impedir a continuidade da operação.

ALTERNATIVA Se a padronização dos telejornais e dos demais programas de conteúdo variado não é recomendável, esse cuidado deveria ser maior no Brasil, cuja maioria da população tem na televisão o único acesso à informação e um importante meio de entretenimento, observa o professor, que fez pós-doutorado dedicado ao modelo britânico de televisão pública. Ele recomenda que a TV Brasil se apresente justamente como alternativa à programação das TVs comerciais.

A primeira tarefa deve ser, segundo ele, assegurar a universalidade. Por ser uma prestação de serviço público, o ideal é fazer com que a totalidade dos domicílios brasileiros tenha acesso à programação, bem como acesso a uma boa imagem. E oferecer diversidade e colocar no ar as realidades distintas que compõem o país é a segunda atribuição. A tarefa precípua, alerta Leal Filho, é não desprezar a audiência. “A

TV pública terá que trabalhar para colocar no ar um Brasil que o país desconhece e que as TVs comerciais não mostram. E, nisso, a proposta deve ser a de expor a riquíssima diversidade artístico-cultural brasileira de forma sedutora. Nessa nova experiência, os profissionais terão de conquistar e transformar o telespectador em um cúmplice do ideal da TV pública. Para isso ocorrer, o telespectador vai precisar sentir que a tevê é útil”, comenta.

O conteúdo inicialmente oferecido é resultado da fusão da TV Educativa do Rio de Janeiro com a TV Nacional de Brasília. O programa inaugural da emissora foi o Repórter Brasil, novo telejornal gerado em Brasília.

Simultaneamente aos preparativos feitos para assegurar conteúdo que permita à TV Brasil operar a partir dos programas gerados em Brasília e no Rio, um núcleo está sendo preparado para funcionar em São Paulo enquanto correm negociações para que seja utilizada de forma parcial parte da programação produzida por 22 emissoras em atividade nos estados.

PROGRAMAÇÃO Segundo sua presidente, a TV Brasil, iniciou com canais em Brasília, Rio e São Paulo, com tecnologia analógica e digital. Mas, obedecendo ao limite permitido pela legislação para compor

uma estrutura com até quatro canais, além dessas três praças, a TV Brasil incorpora em sua estrutura a emissora federal que funciona no Maranhão.

Garantida a estrutura inicial de funcionamento, segundo Tereza Cruvinel, somente no próximo ano a programação vai ser reformulada. Como a criação de novos programas exige tempo, diz, a idéia é buscar um novo padrão televisivo a partir da conjugação do conteúdo gerado por Rio, Brasília e São Paulo com os programas das emissoras estaduais e de tevês administradas por universidades e comunidades.

Essas iniciativas tendem a ficar visíveis a partir de março, quando vai ser possível introduzir originalidade à programação por meio da atração da produção independente e participação das tevês em atividade nos estados. Com a TV Cultura de São Paulo também está sendo negociada uma contribuição, com possibilidade de a TV Brasil veicular o programa semanal Roda Viva.

“Pretendemos consolidar a rede e assegurar a integração com o maior número de emissoras. Para isso, é preciso estudar a situação de cada tevê estadual, porque há uma diferença grande na produção de cada uma. O que percebemos é que todas têm interesse na integração”, avalia Tereza Cruvinel.

Orçamento e fontes alternativas de financiamento

Além das dotações definidas durante a elaboração do Orçamento Geral da União, a TV Brasil vai dispor de instrumentos para complementar a receita. A Medida Provisória (MP) que institui a nova estrutura estabelece possibilidades de obtenção de receita por meio de patrocínio, publicidade institucional, doações e utilização dos mecanismos de financiamento cultural, a exemplo da Lei Rouanet.

Outra fonte de receita vai ser a prestação de serviços da emissora como produtora de conteúdo para a NBR, canal televisivo de divulgação dos atos do Executivo. Em termos de financiamento, fica vedada a publicidade de produtos e serviços.

A independência do veículo está associada à sua autonomia fi-

nanceira. Não por acaso é esse um dos principais pontos de interesse dos membros do Conselho Curador. “Uma das condições vinculadas à autonomia é a liberdade de acesso regular aos recursos, para que a TV pública não fique ao sabor do governo de plantão. Tive essa experiência na universidade e a liberdade de acesso aos orçamentos definidos garantiu que elas sobrevivem com a qualidade que têm”, rememora o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos membros do conselho.

Ele assinala que as fontes de receita devem ser definidas de forma explícita. Como uma das fontes complementares, uma sugestão particular de Belluzzo é que seja definido um percentual dos *royalties* do petróleo produzido no país.

artísticas e científicas e também como expressão da diversidade regional



Foto: Marcelo Casal Jr./TV Brasil

Programação ainda está sendo montada com foco em educação, cultura, informação, manifestações artísticas e científicas e expressão da diversidade regional

DIREÇÃO A montagem da estrutura, a preparação para a atividade diária e a idealização das ações estão a cargo de uma diretoria composta por sete membros. Além da presidência, há a diretoria-geral, a cargo de Orlando Senna; a diretoria de Jornalismo, tendo à frente Helena Chagas; a diretoria de Programação e Conteúdo, administrada por Leopoldo Nunes; a diretoria de Relacionamento e Rede, comandada por Mário Borgnetti; a de Suporte, interinamente chefiada por Roberto Gontijo; a de Serviços e Negócios, com José Roberto Garcez; e a diretoria Administrativo-Financeira, chefiada por Delcimar Pires.

O diretor-geral da TV Brasil, Orlando Senna, informa que uma das inovações da estrutura vai ser a introdução do conceito horizontal de gestão. Seguindo esse conceito, a TV Brasil não vai adotar o método de gestão baseado em “cabeças de rede”, no qual algumas emissoras detêm maior participação na definição

do conteúdo. Ele explica que as emissoras que se associarem à TV Brasil terão o mesmo *status*, uma forma encontrada para levar ao ar programas de diferentes localidades do país e para despertar o interesse por parte das emissoras em atividade nos estados.

Segundo Orlando Senna, a TV Brasil vai trabalhar com metas em seu primeiro ano de atividade. Como 2008 vai ser o ano de implantação desse novo modelo, optou-se por colocar a TV no ar inicialmente com a fusão da programação da TV Nacional com a TVE, e deixar as mudanças significativas na programação para ser feitas dentro de alguns meses. “Até março, vamos nos dedicar de forma intensa ao diálogo com a sociedade para idealizarmos o conteúdo. O que queremos é que as pessoas nos digam o que devemos exibir.”

Entre março e julho deverão ser feitos os estudos sobre o perfil de uma programação de interesse social. O conteúdo que

vai ao ar no segundo semestre ainda estará sob avaliação, mas já terá um formato mais próximo do definitivo, configurando uma consolidação da nova estrutura de radiodifusão, explica o diretor-geral.

TELEJORNALISMO Veiculado inicialmente em uma edição diária com duração de uma hora, o Repórter Brasil tornou-se o primeiro desafio da emissora por ser um programa peculiar, que lida com a informação, o poder constituído e as implicações do noticiário na formação e cotidiano das pessoas, explica a presidente da TV Brasil.

Para o telejornal converge parte da expectativa em torno das finalidades e desempenho da nova emissora. Ciente dessas atribuições, Tereza lembra que fazer TV pública é uma experiência inédita no Brasil e que a introdução de mudanças na programação em geral, e no jornalismo em particular, vai se dar na forma de um processo.

Idealizado para dar ênfase aos assuntos

TV Brasil começa com canais em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão



Foto: Marcello Casal Jr./TV Brasil

Jornalismo terá interatividade, abrindo espaço para veicular vídeos feitos por pessoas que não são jornalistas

nacionais, o Repórter Brasil se propõe a fazer jornalismo pautado na fidelidade dos fatos, com busca da participação dos telespectadores. Dois mecanismos principais vão estimular essa participação: uma central de contribuição para pautas, que vai funcionar através de um telefone 0800; e uma ouvidoria, que vai acompanhar o impacto das notícias transmitidas.

Não por acaso, interatividade é o aspecto para o qual a diretora de Jornalismo, Helena Chagas, chama a atenção. A jornalista dá detalhes da produção dizendo que o novo telejornal vai abrir espaço para veicular vídeos feitos por pessoas que não são jornalistas, desde que o conteúdo seja de interesse social e apresente boa qualidade técnica para transmissão.

Por exemplo, conta ela, este seria o caso de um vídeo amador feito por um participante de uma passeata sobre temas ambientais. Em outra frente de ação na busca da interatividade, equipes de reportagem do Repórter Brasil farão, em diferentes cidades do país, uma espécie de “povo fala” (gravações de entrevistas com pessoas comuns abordadas nas ruas).

Helena Chagas salienta que a proposta

do novo telejornal é conjugar informações sobre política e economia de interesse nacional, com reportagens de temas variados feitas nos estados e que sejam capazes de transmitir a diversidade regional.

A diretora de Jornalismo esclarece que o telejornal vai veicular e dar tratamento analítico para temas que não são abordados em profundidade nas emissoras comerciais. Entre esses assuntos ela cita trabalho escravo, o debate sobre o aborto, a produção de células-tronco, a transgenia e questões relativas ao meio ambiente, tais como mudanças climáticas. “Não podemos fazer um jornal igual aos outros”, diz.


DEMOCRACIA A presidente da nova emissora vê na TV Brasil o cumprimento do Artigo 223 da Constituição, que estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessões, permissões e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. “Com a mudança da tecnologia e com a entrada do sistema digital, esse é o momento da expansão na oferta de canais (tendo por base a introdução do

padrão digital). Depois, não vai haver outra oportunidade”, relembra.

Para a jornalista, a comparação com as experiências da Europa, Estados Unidos e do mundo árabe não significa que no Brasil a decisão pela instalação de uma TV pública seja tardia. Seria em parte resultado de uma experiência cuja origem esteve vinculada à iniciativa privada. Trata-se, por exemplo, de uma trajetória distinta da dos países europeus, onde o surgimento se deu sob o conceito do serviço público.

Tereza Cruvinel vincula o ímpeto do Brasil em empreender essa nova experiência de comunicação a um movimento na América Latina de estímulo às TVs públicas. Ela cita iniciativas em curso no Chile, no México e na Argentina. “O surgimento do interesse na América Latina pelas TVs públicas está associado ao avanço da democracia, fato que coloca em evidência a ausência dos canais públicos”.

A intenção é montar uma grade de programação com foco em educação, cultura, informação, manifestações artísticas e científicas e que seja veículo de maior expressão da diversidade regional. A TV Brasil faz parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública estruturada em forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Medida Provisória (MP) nº 398, com recursos definidos no Orçamento Geral da União e em fontes complementares. Para 2008, o orçamento é de R\$ 350 milhões alocados na Radiobrás.

A constituição da nova pessoa jurídica EBC incorpora a Radiobrás, passando a gerenciar o orçamento definido. Com a dotação, a TV pública absorve os 1.100 funcionários da Radiobrás. Em relação aos mil funcionários da TV Educativa do Rio de Janeiro, 700 são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e deverão ingressar na nova estrutura mediante processo seletivo. Os demais 300 pertencem ao regime estatutário do funcionalismo público federal e fazem parte de um quadro classificado pelo Ministério do Planejamento como “em extinção”. 

As LFTs e suas disfunções



Lançadas no réquiem do Plano Cruzado, a princípio como Letras do Banco Central (LBC), as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) foram um engenhoso antídoto ao risco de não rolagem da dívida pública. Na época, as instituições financeiras – as grandes detentoras dos títulos públicos, assim como na atualidade – defrontavam-se com um nítido descompasso entre sua estrutura ativa e passiva, que não podia perpetuar-se: a primeira das dimensões, abarrotada de títulos públicos, indexados aos índices de preço e com prazos superiores a um ano; a segunda, majoritariamente de depósitos à vista, com liquidez diária e indexados à taxa de juros básica *overnight* – era clara, vale frisar, a preferência por liquidez, por parte do público, diante da incerteza que permeava o cenário nacional. Assim, a introdução das LFTs, além de evitarem o mencionado risco de não rolagem, também agiram, de maneira a evitar um colapso financeiro, com repercussões de difícil mensuração.

Entretanto, apesar de hoje o problema do refinanciamento da dívida ser desprezível – e os aperfeiçoamentos do *modus operandi* da Autoridade Monetária, associado à solidez de nosso sistema financeiro, respaldam nossa assertiva –, persistem as LFTs no menu de títulos públicos, só que agora como uma anomalia e, por conseguinte, repleta de disfunções. De forma não exaustiva, listamos as seguintes: a) têm prazo de duração, independentemente do vencimento, igual a zero, já que a taxa que remunera é a mesma que desconta – Selic *overnight*; ou seja, nada mais destoante da necessidade, reconhecida por todos, de se alongar a maturidade da Dívida Pública Federal (DPF) e criar uma “curva de rendimentos”, onde rentabilidade e maturidade caminham lado a lado; b) garantem rentabilidade, liquidez e segurança aos que nelas investem, trinca, no mínimo, fraternal na esfera financeira; c) particularmente via a primeira das disfunções listadas, não exerce qualquer “efeito riqueza” a seus possuidores – comum em títulos pré-fixados, sujeitos a risco de taxas –, o que, a alguns, fragiliza os mecanismos de transmissão da política monetária; e d) imiscui dívida

pública com política monetária, ocorrência esta sem muitos similares.

Evidentemente, depois de toda esta série de efeitos deletérios, torna-se quase imperativo apresentar alguma proposta que permita eliminá-las do cardápio de títulos. Mais pontualmente, de realizar a tarefa sem artificialismos, como, por exemplo, empurrando ao mercado títulos pré-fixados e de longo prazo: a coisa dificilmente funcionaria. Com efeito, ao que tudo indica, o caminho não artificial com maior externalidade positiva está exatamente no instrumento que viabiliza basicamente as três primeiras disfunções listadas – duração zero e os empecilhos de se criar uma “curva de rendimentos”, a “trinca fraternal” e o “efeito riqueza” – pelas razões a seguir.

É através da excessiva Selic *overnight* que se têm títulos com duração zero, uma “curva de rendimentos inexistente”, rentabilidade significativa, liquidez, segurança e imunidade ao “efeito riqueza”. Nessas circunstâncias, sempre haverá demanda por tais papéis, além, acredito, até uma certa resistência do mercado em abolir sua existência. Deste modo, a redução de nossa taxa de juros básica – é obvio, não de maneira atabalhoada, mas sempre atento a seus benefícios – seria um meio de mitigar a atratividade das LFTs, induzindo os investidores a migrarem para papéis mais perfilados à sua relação com o risco. Dito de outro modo: as LFTs, com a redução da Selic, deixam de ser o nirvana; se quero maior rentabilidade, procuro papéis com maior maturidade e risco – supondo taxas pré-fixadas; se quero maior liquidez – também supondo taxas pré-fixadas –, procuro papéis com menor maturidade e risco. Na verdade, alguns economistas argumentam que as LFTs têm uma faceta positiva, essencialmente por facilitar a rolagem da dívida, mas, convenhamos, não é missão do Brasil ser um paraíso financeiro; é sim construir uma sociedade mais isonômica, pujante e harmoniosa.

A redução de nossa taxa de juros básica – não de maneira atabalhoada, mas sempre atento a seus benefícios – seria um meio de mitigar a atratividade das LFTs, induzindo os investidores a migrarem para papéis mais perfilados à sua relação com o risco

Camillo de Moraes Bassi é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Resgate social

Programas de transferência de renda aceleraram a redução da pobreza e da indigência na América Latina e Caribe, que pela primeira vez em 16 anos ficam abaixo de 200 milhões de pessoas na região

Por **Sérgio Garschagen**, de Brasília

Os pobres da América Latina representam 35,1% do total da população, o que equivale a 190 milhões de pessoas, em 2007. Pouco mais de um terço deles – 69 milhões de indivíduos, ou 12,7% dos habitantes da área – estão abaixo da linha da extrema pobreza e são considerados indigentes.

Apesar de serem números eloquentes, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão regional das Nações Unidas, que elaborou essas estatísticas, informa que houve uma queda de 9,8 pontos percentuais em relação ao ano de 1990, quando o nível de pobreza atingia 22,5% da população latino-americana.

Há clara tendência de a pobreza continuar em queda nos próximos anos, em todos os países analisados. Segundo os dados apurados em 2007, o número de pobres diminuiu em 4 milhões em relação a 2006, quando 194 milhões de pessoas – 36,5% da



Foto: David Mercatão/Reuters

avança na

América Latina



Quatro milhões de latino-americanos deixaram a linha de pobreza entre

população – foram consideradas pobres e 71 milhões (13,4%), indigentes.

Adotando-se uma perspectiva de longo prazo, a comparação dos dados de 2006 com os números levantados pelos técnicos da Cepal em 1990 revela que a taxa de pobreza caiu 11,8 pontos percentuais e a de indigentes, 9,1 pontos percentuais, o que significa uma redução da ordem de 20 milhões de pessoas no número referente à indigência. Pela primeira vez em 16 anos o total de pobres cai para abaixo de 200 milhões de habitantes.

META ATÉ 2015 Os dados de 2007 para a América Latina e Caribe significam que houve um avanço médio de 87% na consecução dos objetivos de desenvolvimento do milênio, entre os quais está estabelecida a meta de reduzir pela metade os índices de extrema pobreza na região entre os anos de 1990 e 2015.

Em pouco mais de dois terços do tempo previsto, cinco países já atingiram o objetivo de reduzir a miséria pela metade. São eles Brasil e México (que representam mais da metade da população da América Latina), Chile, Equador e Panamá.

Em relação às demais nações, a Cepal salienta que, caso não haja queda nos fluxos de capitais internacionais para a região nos próximos anos, uma taxa média de crescimento do PIB *per capita* de apenas 1,1% ao ano permitirá que todos alcancem as metas estabelecidas nos objetivos do milênio.

Um fator apontado como importante para a melhoria nos indicadores de pobreza foi a implementação, em vários países, de programas de transferências de renda condicionadas, que visam atacar de imediato a falta de recursos das famílias mais pobres e atuar, no médio prazo,

no rompimento do ciclo de pobreza, mas impõem condições como exigir a frequência escolar e a utilização de serviços de saúde para a família.

A Comissão Econômica Regional das Nações Unidas identifica o programa brasileiro Bolsa Família como referência positiva e a experiência brasileira foi apresentada no seminário realizado no auditório do Ipea.

TRÊS PAÍSES Os impactos de Programas de Transferência de Renda com Condições (PTRCs) sobre a desigualdade de renda no Brasil, Chile e México foram analisados pelo pesquisador do Ipea Sergei Soares, em estudo feito em parceria com Marcelo Medeiros, coordenador do Ipea no Centro Internacional da Pobreza (IPC/Pnud/Ipea), Rafael Guerreiro Osório e Fábio Veras Soares, pesquisadores do Ipea no IPC, e Eduardo Zepeda, do IPC.

O trabalho, intitulado “Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: Impactos Sobre a Desigualdade”, publicado em julho deste ano, decompõe as mudanças no coeficiente de Gini por categoria de renda e conclui que os PTRCs contribuíram decisivamente para a redução da desigualdade nesses países entre meados dos anos 1990 e meados da primeira década do novo milênio.

“Os PTRCs são responsáveis por uma parte muito pequena da renda total, medida pelas pesquisas amostrais, em cada país: pouco menos que 1% no México e no Brasil e menos que 0,1% no Chile. No entanto, como a focalização dos PTRCs é ótima, o impacto sobre a desigualdade equivale a 21% da queda de 2,7 pontos de Gini observada tanto no Brasil como no México. No Chile, a contribuição foi de 15% de uma queda muito mais modesta de 0,1 ponto de Gini. A diferença nos impactos se deve ao fato de o programa chileno ser muito menor que os programas mexicano e brasileiro”, diz o estudo.

Luzes e sombras

A redução da pobreza foi analisada por especialistas em políticas sociais dos países da América Latina e Caribe e também da China e Índia, durante seminário internacional intitulado “Evolução e Desafios dos Programas de Transferências Condicionadas”, realizado entre os dias 20 e 21 de novembro no auditório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em Brasília.

O evento foi organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão regional da Organização das Nações Unidas (ONU), e pelo Ipea, com patrocínio da GTZ, agência do governo alemão especializada em projetos de assistência social, com 50 programas em 30 países.

Na avaliação da socióloga Amélia Cohn, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que participou da mesa-redonda final, denominada “Lições para o Brasil”, o seminário “permitiu uma troca de experiências, em que pesem as diferenças entre os especialistas do setor, clareando as áreas de sombras”.

Uma das palestras mais concorridas foi a de José Fernando Arias Duarte, diretor de Desenvolvimento Social do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia. O programa Famílias em Ação (FA), implementado na Colômbia, inicialmente era encarado como um projeto temporário, mas converteu-se em um dos programas sociais mais importantes do governo.

Entre os resultados alcançados pelo programa colombiano na área de educação, ocorreu a diminuição do número de anos repetidos. O consumo aumentou principalmente na área rural. Na área de saúde, cresceu o número de meses de amamentação na zona rural e houve impactos significativos na nutrição das crianças menores de sete anos.

2006 e 2007, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Foto: Flavio Florido/Folha Imagem



Mudanças no Bolsa Família

Uma das medidas em estudo pelo governo brasileiro são a ampliação para 17 anos de idade da faixa etária beneficiada pelo Programa Bolsa Família, atualmente de 16 anos, e a melhoria das informações contidas no cadastro único do programa. Preenchidos nos municípios, os cadastros deverão conter dados mais precisos. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) deverá assinar convênio nesse sentido com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A diretora do Departamento de Gestão de Distribuição de Renda do MDS, Camile Mesquita, informa que o governo deverá aumentar em R\$ 1,2 bilhão os investimentos do Programa Bolsa Família em 2008. Neste ano, esse valor atinge R\$ 9,8 bilhões.

Os técnicos do MDS analisam ainda a possibilidade de os beneficiados com recursos do Bolsa Família serem aproveitados nas obras financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ingressando assim no mercado de trabalho, tema que envolve a necessidade de se ampliarem ou não as exigências aos beneficiários.

Contrário a essas exigências, o professor Cláudio Salm, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que os programas de atendimentos sociais “mostram o fracasso latino-americano na área do desenvolvimento social”. Ele considera “ótima” a inclusão de tribos indígenas no Bolsa Família — “a medida pode ajudar a reduzir os desmatamentos, já que madeireiros levam dinheiro aos índios em tro-

ca de madeiras nobres” —, mas não aceita a obrigação de as pessoas atendidas terem de frequentar cursos profissionalizantes, pois o país não tem oferta suficiente desses serviços.

Na avaliação de Andras Ulthoff, diretor do escritório da Cepal no Chile, “o estado de bem-estar baseado na sociedade do trabalho é promessa inconclusa na América Latina e surge como uma necessidade ao atendimento dos grupos sociais vulneráveis”.

Segundo Camile Mesquita, os R\$ 822,9 milhões mensais distribuídos pelo Bolsa Família beneficiam 11,1 milhões de famílias, representam apenas 0,3% do PIB e reforçam o direito de acesso das pessoas aos serviços de saúde e educação. Ela enfatiza o fato de que 12 milhões de crianças — 80% do total — estão matriculadas e lembra que apenas 14 mil benefícios foram cancelados desde a criação do Bolsa Família, há quatro anos, por descumprimento de compromissos assumidos pelos responsáveis — basicamente a obrigação de manter frequência escolar mínima de 85% do total de aulas.

Camile ressalta que a política adotada é evitar ao máximo os cancelamentos — as famílias recebem cinco advertências preliminares.

Além dos benefícios cancelados devido à ausência das crianças nas escolas ou o não-preenchimento ou recadastramento das fichas, o MDS opera ainda cancelamentos por fraudes nos cartões, nas contas bancárias ou outras razões que caracterizam desonestidade.

Brasil, México, Chile, Equador e Panamá reduziram pela metade o número

PARÂMETROS Os parâmetros gerais adotados pela Cepal para definir pobreza e extrema pobreza variam de um país para outro, pois são fixados com base nos custos de uma cesta básica de alimentos em cada local. No Brasil, os valores foram estimados em comum acordo com o Ipea e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final dos anos 1990.

A linha de pobreza urbana é caracterizada no país quando os membros de uma família recebem entre R\$ 83,00 e R\$ 209,00 *per capita*. A pobreza nas zonas rurais oscila entre R\$ 72,00 e R\$ 161,00 mensais *per capita*. Abaixo desses valores mínimos, são classificadas como extremamente pobres.

De acordo com Camile Mesquita, diretora do Departamento de Gestão de Transferência de Renda da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que administra o Programa Bolsa Família, o MDS considera pobre uma família com renda *per capita* mensal entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 e extremamen-

te pobre, em qualquer situação, a que tem renda até R\$ 60,00 mensais por pessoa.

EXPERIÊNCIAS Em novembro deste ano, especialistas latino-americanos e também de dois dos países em desenvolvimento que apresentam os maiores índices de crescimento econômico atualmente no mundo – China e Índia – analisaram em Brasília os programas sociais de transferências condicionadas de renda praticados atualmente no mundo.

Segundo Xu Yuebin, assessor do Instituto de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas da China, o governo de seu país enfrenta dificuldades na transição do regime de economia planificada para economia de mercado, como o crescimento da desigualdade urbana nos anos 1990, fonte de instabilidade social. Ele estima a pobreza chinesa entre 12 milhões e 30 milhões de indivíduos. Os dados oficiais registram 20 milhões de chineses, para uma população de 1,3 bilhão de habitantes (estimativa de 2000).

O sistema previdenciário adotado pela China enfrenta dois problemas: bai-



México sai na frente e beneficia 3 milhões de...

Resultados positivos

Com percentuais elevados de sua população abaixo da linha de pobreza, Brasil, Chile e México são países que adotaram programas de transferências de renda condicionadas (PTRC), mas entre eles somente Brasil e México apresentaram queda na desigualdade de renda, enquanto no Chile o problema permaneceu praticamente estável. No Brasil e no México, as duas maiores economias latino-americanas, foi a renda do trabalho que contribuiu para a redução da desigualdade social.

Esta é a conclusão de um estudo do pesquisador Sergei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feito em parceria com Marcelo Medeiros, coordenador

do Ipea no Centro Internacional da Pobreza (IPC/Pnud/Ipea), Rafael Guerreiro Osório e Fábio Veras Soares, pesquisadores do Ipea no IPC, e Eduardo Zepeda, do IPC.

Soares explica que os três países foram escolhidos para a realização do estudo por terem sido os primeiros do mundo a adotar programas de transferências condicionadas, copiados atualmente por diversos governos latino-americanos e também africanos e asiáticos. “Embora não tivessem o objetivo de reduzir as desigualdades de renda, aconteceu que, por serem bem focados nos mais pobres, melhorou a qualidade de vida de parte da população”, explica o autor do estudo.

Intitulado “Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: Impactos Sobre a Desigualdade”, o trabalho, publicado em julho último, mostra que o México saiu na frente, em 1977, com o Programa Oportunidades, que inicialmente assegurava ajuda a 300 mil famílias em comunidades rurais com menos de 2,5 mil habitantes. Hoje, ele cobre todo o país e beneficia quase 3 milhões de famílias.

O programa mexicano conta com uma fórmula complexa que depende do nível escolar no qual as pessoas da família beneficiada estão matriculadas e da composição etária do domicílio. Paga até 1.095 pesos (cerca de R\$ 175,00) por família com filhos no primeiro ci-

de excluídos antes do prazo estipulado pela Organização das Nações Unidas

Foto: Daniel Lecrair/Reuters



...famílias com o Programa Oportunidades

xa cobertura social e fundos insuficientes. Segundo a estatística oficial, 141 milhões de trabalhadores urbanos participam do programa destinado a garantir a aposentadoria. Atualmente, 46 milhões de aposentados estão cobertos pelo programa, sendo necessário, segundo Yuebin, redefinir as regras da assistência social chinesa.

À época da economia planificada, lembra Yuebin, o governo garantia trabalho, educação, saúde e renda a todos os aposentados. Por essa razão, a necessidade de programas de assistência social era mínima. Com as mudanças econômicas, o governo central ainda se esforça no sentido de estabelecer esquemas de assistência a aposentados e trabalhadores sem emprego.

Algumas províncias delimitaram faixas próprias de rendimentos mínimos para medir a pobreza e a extrema pobreza, e não foi estabelecido ainda um valor nacional na China. Em seis regiões utiliza-se o rendimento de 120 iuans *per capita* mensais (US\$ 20) para delimitar a linha de extrema pobreza. Na capital

do país, Beijing, esse nível está estabelecido em US\$ 63.

O programa chinês destinado a diminuir o problema da miséria denomina-se Esquema Mínimo de Padrão de Vida. Iniciado em Xangai em 1993, estendeu-se a todas as regiões, sendo financiado por recursos oficiais e assistência financeira. O valor pago complementa os ganhos da família, permitindo que saiam da linha de pobreza regional.

Os dirigentes políticos regionais divergem ainda sobre o valor mínimo para o padrão de vida. No início, o programa cobria itens como alimentação, vestuário e algumas necessidades básicas, como fornecimento de água, eletricidade e combustível. Posteriormente algumas assistências suplementares foram adicionadas, como educação infantil e assistência médica.

ÍNDIA E MÉXICO A situação da Índia, segundo o pesquisador sênior C. Upendra-nadh, do Instituto de Desenvolvimento Humano, de Nova Delhi, é de país com graves problemas sociais, pois 28,6%

clo escolar e 1.855 pesos (cerca de R\$ 300,00) às famílias com filhos no secundário. A contrapartida é a comprovação de assiduidade escolar e visitas a postos de saúde.

No segundo grau, a bolsa aumenta gradativamente à proporção em que o aluno vai sendo promovido de série e, de acordo com a pontuação escolar, ao final do curso o formando recebe uma poupança, com recursos do programa, para abrir um pequeno negócio ou continuar a estudar.

O Programa Chile Solidário foi criado em maio de 2002 como sistema de proteção a 225 mil famílias extremamente pobres que o governo estimava existir no país, que tem um total de 16 milhões de habitantes. O programa

tem três componentes: apoio às famílias, subsídios monetários e acesso prioritário a programas de proteção social. Financiado pelo governo nacional, em parceria com os municípios, o abono é variável, suficiente para a compra de bens e serviços sem os quais a inclusão social seria impossível. É o mais modesto entre os três países.

O Brasil adotou o Programa Bolsa Família em 2003, que consolidou quatro programas de transferências de renda preexistentes: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), criado em 1996; o Bolsa Escola, de 2001; o Bolsa Alimentação (2003); e o Vale Gás, que não exigia qualquer contrapartida.

Defensor de reformas no sistema previden-

ciário nacional, para torná-lo mais progressivo, o pesquisador Sergei Soares relembra, com base em dados levantados pela pesquisa, que o único país onde a seguridade social ajudou a reduzir a desigualdade foi o Chile, enquanto no Brasil e no México os coeficientes de concentração da seguridade são mais altos do que o coeficiente de Gini aplicado à renda da população, mostrando que nesses casos a seguridade social "contribuiu para manter a desigualdade".

O coeficiente de Gini, criado pelo economista italiano Corrado Gini, é utilizado para medir a concentração de renda. Quanto mais baixo é o índice, melhor é a distribuição de renda em um grupo ou país.

Pela primeira vez em 16 anos o número de pobres da América Latina e

da população de um bilhão de habitantes estão abaixo da linha de pobreza. São considerados pobres e vulneráveis (“na fronteira da pobreza”, diz ele) cerca de 836 milhões de hindus com poder aquisitivo estimado em US\$ 0,5 diário (20 rúpias). A mortalidade infantil é alta: 60 a 70 bebês para cada mil nascimentos, média dez vezes superior à de países desenvolvidos.

Os gastos com seguros sociais atingem 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A taxa de emprego informal em 2005 atingia 93% da população. O país mantém um programa de desenvolvimento integrado infantil basicamente formado por um “pacote” de serviços destinados a garantir saúde e nutrição às mães e às crianças até seis anos de idade. São 4,8 milhões de mulheres grávidas ou amamentando e 22,9 milhões de crianças atendidas por uma rede de projetos sociais, todos com condiciona- lidades.

O Sistema Público de Distribuição é o programa mais importante de distribuição de renda da Índia. O governo compra grãos a preços mínimos administrados e vende a preços subsidiados aos consumidores. No começo, qualquer pessoa podia adquirir alimentos, e a partir de 1997 estabeleceu-se que os pobres seriam o público-alvo.

Em relação ao México, país com um dos melhores índices de distribuição de renda da América Latina, Mônica Orozco, ex-diretora geral de Planejamento e Avaliação do Programa Oportunidades, enfatiza que o governo investe nas áreas de saúde, nutrição e educação, beneficiando cinco milhões de famílias – cerca de 5% da população mexicana –, com o objetivo de romper o ciclo de pobreza.

Criado em 1997, o Programa Oportunidades inicialmente atendia a 300 mil famílias em comunidades rurais, com o objetivo de investir no capital humano – crianças pobres e suas famílias. O programa mexicano integra diversos orga-



Foto: Lula Marques/Folha Imagem

Brasil atinge objetivo de reduzir a miséria pela metade em dois terços do tempo previsto

nismos governamentais federais e também governos estaduais e municipais. Variações do modelo básico foram adotadas por diversos países latino-americanos, diz Mônica Orozco.

ARGENTINA Em comparação com os dados de 2002, os técnicos da Cepal informam que a Argentina foi o país que apresentou os melhores resultados em 2007. Reduziu em 24,4 pontos percentuais a sua taxa de pobreza e em 13,7 pontos percentuais a de indigência. Apenas em 2006 os argentinos reduziram os dois indicadores em 5,0 e 1,9 pontos percentuais, respectivamente, contrabalançando os resultados da crise econômica sofrida entre os anos de 1999 e 2002.

A Venezuela diminuiu também suas taxas de pobreza e indigência em 18,4 e 12,3 pontos percentuais, respectivamen-

te, entre os anos de 2002 e 2006, “com elevadas taxas de crescimento do produto e implementação contínua de programas sociais de grande amplitude, que permitiram ao país reduzir, entre 2005 e 2006, a taxa de pobreza de 37,1% para 30,2% e a de indigência de 15,9% para 9,9%”, ressaltam os dados da Cepal.

Peru, Chile, Equador, Honduras e México reduziram suas taxas de pobreza em mais de cinco pontos percentuais entre 2000-2002 e 2006. Com exceção do Peru, nos demais países os avanços na luta contra a pobreza ocorrem em anos mais recentes, caso particular do Chile, em que a pobreza caiu 6,5 pontos percentuais entre 2000 e 2006, sendo que cinco pontos correspondem ao período entre 2003 e 2006.

Colômbia, El Salvador, Panamá, Peru e Venezuela apresentaram progresso si-

do Caribe ficou em 2006 abaixo da faixa de 200 milhões de pessoas

milar ou superior ao esperado – 68% da meta até este ano. Ainda que a maioria dos países tenha obtido êxito em relação às metas, Argentina, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai se encontram ainda a pouco mais de 50% da meta.

CONTRAPARTIDAS Muitos especialistas criticam as contrapartidas nas transferências de recursos às famílias carentes. O professor Cláudio Salm, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considera que os programas de transferência de renda não têm as suas bases oriundas de movimentos progressistas, mas sim do pensamento conservador, e por essa razão “as condições impostas agregam um reacionarismo evangélico”.

O professor destaca a necessidade de melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras, insistindo que estamos obrigando as crianças a freqüentar escolas que não ensinam coisa alguma. Tam-

bém critica a criação de novos tipos de condições, como o treinamento para gerar mão-de-obra especializada. “Vai criar novos problemas, de caráter burocrático”, adverte.

Salm defende as políticas de transferência de renda e enxerga nas críticas de parte da elite de que tais programas “promovem a vagabundagem” ou “vão acabar com a mão-de-obra abundante no campo” uma tentativa de se abrir uma porta de saída destinada a acabar com a assistência aos setores mais pobres da população. Por essa razão, ele defende que tais programas devam ser permanentes e durar o tempo necessário para que os países latino-americanos consigam promover a distribuição de renda pela via do trabalho.

TENDÊNCIA O diretor do escritório da Cepal em Brasília, Renato Baumann, diz que cada país tem a sua circunstância e por isso é difícil uma recomendação universal em relação aos programas de

transferência de renda. “Há diferentes níveis de renda *per capita*, diferentes faixas etárias e situações econômicas diferenciadas”, diz, e cita o exemplo de Angola, país africano cuja preocupação básica do programa social é garantir alimentação às parturientes. Baumann diz que essa preocupação não faz sentido em um país de renda média mais elevada, uma vez que a equação política que viabiliza um determinado tipo de programa e contrapartidas em um contexto é diferente de outra, o que recomenda apenas a interseção das experiências.

Embora os programas de transferência de renda adotados por diversos países latino-americanos objetivem propiciar condições para que os indivíduos beneficiados deixem a linha de pobreza, Baumann considera que o grande desafio futuro será criar as condições para que, em todos os países, as pessoas tenham acesso ao mercado de trabalho e passem a receber recursos do próprio trabalho e não dos programas oficiais.

GASTO PÚBLICO A Cepal revela ainda que o nível dos gastos públicos sociais aumentou em 10% entre os anos de 2002 e 2003 e entre 2004 e 2005, atingindo US\$ 660 dólares *per capita*, a preços do ano 2000, mas há grandes disparidades de gastos entre os países analisados. O gasto por habitante é 15 vezes maior no país que mais investe neste tipo de programa social em relação ao que menos gasta. Dos 21 países analisados, 12 investem menos de US\$ 350 *per capita* ao ano; seis aplicam entre US\$ 550 e US\$ 870 *per capita*/ano e apenas dois superam a faixa de US\$ 1 mil anual por pessoa.

Além disso, apenas três entre 15 países registram gastos de caráter progressivo orientados significativamente aos estratos de menor ingresso social. Além disso, entre os gastos de maior progressividade se destacam aqueles dirigidos a programas contra a pobreza que se utilizam particularmente de mecanismos de transferências condicionadas. **i**

As oito metas

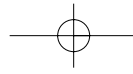
Os objetivos de desenvolvimento do milênio, mais conhecidos como Metas do Milênio, são a redução da extrema pobreza e da fome, a promoção da igualdade entre os sexos, a erradicação de doenças que matam milhões de pessoas anualmente e o incremento do desenvolvimento sustentável dos povos até 2015.

Firmado por 191 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano 2000, esses objetivos foram subdivididos nas chamadas “Oito Metas do Milênio”. Estiverem presentes 124 chefes de Estado e de governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os oito objetivos até 2015. São eles:

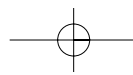
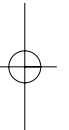
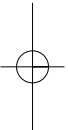
- Acabar com a fome e a miséria
- Garantir educação básica e de qualidade para todos
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde das gestantes
- Combater a Aids, a malária e outras doenças
- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

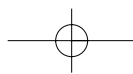


Foto: Sxc.hu



TRABALHO & TURISMO





Desvendando um setor socialmente importante

Por **Ricardo Wegrzynowski**, de Brasília

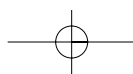
O segmento de transportes é o grande empregador dentro do setor turístico, revela uma pesquisa do Ipea sobre as relações de trabalho no setor, abrangendo os empregos formais. O estudo se insere no esforço empreendido pelo



Foto: Sxc.hu

governo para ampliar a capacidade de análise de um setor que nos últimos anos passou a ocupar um papel de destaque no conjunto das políticas públicas brasileiras e demanda informações para a formulação de diagnósticos e estratégias de ação

Foto: Sxc.hu



Prevalecem no setor os ocupados com maior faixa etária, do sexo masculino,

Lindas praias de águas transparentes, montanhas, áreas rurais, história, religião, descanso, paz ou festas. Estas são algumas das fontes do turismo admiradas por incontáveis visitantes todos os dias. O setor move a economia de diversos estados brasileiros e dele centenas de milhares de famílias tiram o seu sustento. O verão está aí, as férias de fim de ano, e fica a pergunta para os consumidores sobre a qualificação da mão-de-obra dessa indústria: como está o mercado de trabalho nesses lugares saídos de cartões-postais?

O setor foi esmiuçado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que obteve dados inéditos em estudo com metodologia pioneira, que diferencia os serviços prestados aos residentes e aos visitantes. A pesquisa traz uma análise do perfil da

mão-de-obra do turismo em sete segmentos distintos e congruentes. São eles: alojamento; agência de viagem; transportes; aluguel de transportes; auxiliar de transportes; alimentação e cultura e lazer. Os ramos escolhidos são recomendados pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

As relações de trabalho no setor de turismo apresentam surpresas. As estatísticas revelam que trabalhar nessa área não é garantia de bons salários, mas o contrário. Embora prevaleçam no setor os ocupados com maior faixa etária, do sexo masculino, com maior estabilidade no emprego e com jornada de trabalho completa, ao se comparar o perfil dos empregados em atividades turísticas com o do total dos trabalhadores com carteira assinada do país, o salário médio no turismo é 14,7% inferior ao do conjunto dos empregados formais.

O pesquisador Roberto Zamboni, coordenador de pesquisas de turismo do Ipea, tem o seguinte diagnóstico para a problemática dos salários dos trabalhadores no turismo: “A explicação deve ser buscada principalmente no atributo escolaridade. As atividades turísticas empregam proporção maior de pessoas com até a oitava série comparativamente ao total dos trabalhadores formais brasileiros e uma proporção menor de pessoas com o ensino médio e superior. Para esse panorama contribui especialmente a atividade alimentação, na qual se concentram os níveis mais baixos de escolaridade”.

O presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS), Norton Luiz Lenhart, afirma que essa fragilidade vem sendo combatida: “Nós temos que avançar em qualificação. Hoje, só para se ter uma idéia, o Senac vem qualificando mais de 100 mil profissionais por ano. O Senac tem prestado esse trabalho há muitos anos para o nosso setor”. Ele acrescenta que “as pessoas com baixa qualificação escolar e tendo pequenos cursos profissionalizantes são aptas a trabalhar nas nossas empresas”.

O salário não é um fator que incentiva o trabalho no turismo. A média mensal da remuneração de 712,2 mil trabalhadores do setor, em dezembro de 2004, alcançava 3,1 salários mínimos da época, patamar abaixo da média de todos os setores, que chegava a 3,7 salários mínimos. O turismo é responsável por 2,9% do total de empregos no país, mas responde por apenas 2,5% dos salários pagos aos 24,3 milhões de trabalhadores com contrato sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aponta a pesquisa.

Já o representante dos empresários do setor, Norton Lenhart, contrapõe-se a esses números dizendo que “o turismo permite uma ascensão social extraordinária”. Quanto aos números de pessoas ocupadas no setor em todo o país, Lenhart estima que “só o setor de hotéis, restaurantes e bares gera no Brasil 8 mi-



Foto: Sxc.hu

Região Norte tem o menor número de profissionais com formação superior

mais estáveis no emprego e jornada completa, mas salários são baixos



Foto: Sxc:hu

Cidades históricas de Minas e de Pernambuco atraem tanto o turismo interno quanto visitantes...

lhões de empregos diretos. Nós somos em torno de 1 milhão de empresas. Se contarmos oito empregos por empresa, chega-se a esse número”.

TRANSPORTE O estudo publicado pelo Ipea em novembro deste ano, intitulado “Caracterização da Mão-de-Obra do Mercado Formal de Trabalho do Setor Turismo – Estimativas Baseadas nos Dados da Rais de 2004”, de autoria da pesquisadora Maria Alice Cunha Barbosa, do Ipea, em parceria com Alfonso Rodriguez Árias, mostra o mercado de trabalho do setor de turismo por meio dos perfis de emprego e das remunerações, com a finalidade de fornecer informações para os diagnósticos setoriais e, sobretudo, o planejamento e a implementação de ações públicas e privadas.

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) é um registro administrativo



Foto: Sxc:hu

...de outros países, que demandam profissionais mais qualificados, com conhecimento de idiomas

com informação prestada anualmente, desde 1976, por todas as empresas brasileiras, e é administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Uma das revelações da pesquisa mostra que, em 2004, entre as sete atividades características do turismo, transportes é a que apresenta o maior peso, sendo responsável, por exemplo, por 47% do pessoal empregado. Em seguida estão os segmentos de alojamento e de alimentação, com 22% e 18%, respectivamente.

O trabalho se insere, segundo seu texto introdutório, no esforço empreendido pelo governo para ampliar a capacidade de análise de um setor que nos últimos anos passou a ocupar um papel de destaque no conjunto das políticas públicas brasileiras e, por isso, demanda informações confiáveis e oportunas para a formulação de diagnósticos e estratégias de ação.

A pesquisa foi realizada com algumas parcerias, principalmente com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), do Ministério do Turismo. Com esse apoio, o Ipea estruturou o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Tra-

balho no Setor de Turismo (SIMT). A parceria começou em 2003, quando foi feito um diagnóstico das informações e fontes existentes e definiu-se a metodologia. O trabalho enfrentou a ausência de informações sobre a proporção dos serviços prestados aos turistas e aos residentes nas atividades características do turismo. Essa foi uma investigação pioneira nas pesquisas sobre o setor.

A pesquisadora Maria Alice qualifica como “pioneirismo a elaboração da metodologia pelo Ipea, que permitiu o cálculo de coeficientes técnicos que distinguem os atendimentos prestados aos residentes daqueles destinados aos visitantes, fossem nacionais ou estrangeiros”. Entre os documentos que subsidiaram a pesquisa está a evolução dessas atividades. Em breve, segundo o Ipea, será publicada a próxima fase da análise, em texto que vai mostrar o dinamismo do setor nas regiões brasileiras.

SEPARAÇÃO Até a elaboração desse estudo, não estavam claramente separados nas Atividades Características do Turismo (ACTs) o emprego associado ao consumo

Entre janeiro de 2005 e maio de 2006 o setor gerou 54,6 mil novos postos

de turistas e ao consumo de residentes. Por exemplo, geralmente atribuiu-se ao turismo todos os trabalhadores da área da alimentação, sem distinção entre o que era destinado aos turistas e aos habitantes do local. A opção dos pesquisadores foi realizar uma pesquisa de campo por meio

Foto: Svc:hu



Arquitetura futurista de Brasília e o charme do Rio mostram a diversidade de atrações que o país tem

de uma empresa de telemarketing. Foram consultados cerca de 8 mil estabelecimentos situados em 1.195 municípios entre os anos de 2004 e 2005.

Com a metodologia adotada, descobriu-se que é grande o abismo entre as percentagens de atendimento turístico e não-turístico, em algumas atividades como a alimentação e cultura e lazer.

O presidente da FNHRBS, Norton Luiz Lenhart, afirma que “é muito difícil fazer uma avaliação e a própria OMT não faz esse tipo de conta. É claro, tem alguns lugares em que não vai turista mesmo, ou ele só vai esporadicamente”. Outro questionamento de Lenhart é sobre a definição de turista. Segundo ele, “turista é todo indivíduo que sai da sua cidade para uma outra cidade e pernoita, e tanto faz se ele vai namorar, trabalhar ou se vai passear. Todas essas pessoas são turistas”, provoca.

Se, por um lado, trabalhar à beira da praia pode ser mais prazeroso do que ga-

nhar a vida em um escritório, por outro, a média salarial nacional dos trabalhadores do setor de turismo, comparado com os demais regidos pela CLT no setor privado, era 14,7% menor em 2004.

Os turistas podem contar com atendimento mais qualificado em termos de escolaridade na região Sudeste, onde 31% dos que trabalham em agências de viagem possuem grau superior, sendo ainda mais elevado o percentual quando se considera isoladamente o Estado de São Paulo, com 35%. No outro extremo, três estados da região Norte – Acre, Tocantins e Rondônia – lideram o lado negativo, com baixíssimo número de trabalhadores com formação superior.

No que diz respeito ao menor grau de escolaridade (até a 4ª série), as ACTs que mais empregam são transporte, alojamento e alimentação. Essa ordem, referente ao Brasil como um todo, se altera de acordo com a região e o estado, mas as

Homens X mulheres na ocupação das vagas

A maioria do segmento é composta por trabalhadores do sexo masculino, que correspondem a 68,8% do total. A constatação se repete em todos os estados. Porém, a grande maioria dos homens trabalhadores do turismo se concentra no setor de transportes – os números chegam a marcar 88,1%.

Já as mulheres predominam nas áreas de alojamento, agências de viagem e aluguel de transportes. Na área de alimentação, um dado na questão de gênero chamou a atenção dos pesquisadores. No Brasil como um todo, o

setor é exatamente dividido ao meio entre homens e mulheres, com 50% de cada em restaurantes, lanchonetes e afins. No entanto, no Sul o número de mulheres trabalhando no segmento dá um salto no gráfico, chegando a 72%. Isso ocorre simultaneamente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A diferença salarial entre homens e mulheres segue o que ocorre em outros setores. Homens têm melhores salários. “No caso do turismo, esses valores são de 3,5 salários mínimos para os homens e 2,4 para as mu-

lheres, ao passo que, para a totalidade dos empregados com carteira assinada, eles correspondem a 4,0 e 3,1 salários mínimos”, revela a pesquisa.

“As diferenças salariais entre os gêneros não demonstram, necessariamente, que no mercado de trabalho do turismo pratica-se uma discriminação salarial em prejuízo das mulheres. Esse assunto deve ser examinado mais detalhadamente por ocasião da análise de algumas ocupações específicas”, explicam os autores.



Foto: Siemens Press Photo

no mercado de trabalho formal, com crescimento de 7,6% em 17 meses



Desenho: Sxc.hu

atividades permanecem as mesmas em todos os domínios geográficos.

IDADE A maioria dos trabalhadores do turismo tem mais de 25 anos. Desta forma, o setor emprega bem menos jovens que outros setores da economia. A pesquisa apurou que apenas 124,7 mil empregados formais do turismo são menores de 25 anos, o equivalente a 17,5% do total de empregos do setor. Essa percentagem é significativamente inferior aos 23,2% que têm menos de 25 anos entre todos os trabalhadores com carteira assinada existentes no país. Para que houvesse um equilí-

brio, os autores da pesquisa informam que o setor teria que empregar mais 40 mil jovens. Segundo a pesquisa, a média de idade dos trabalhadores no setor é de 35,3 anos, incluindo os empregos formais.

Os trabalhadores acima de 50 anos estão mais concentrados no Rio de Janeiro, com 15% do total dos empregados no turismo no estado, seguidos pelo Paraná e Rio Grande do Sul, com 12%, sempre com relação ao total do próprio estado, e São Paulo, com 11%.

Do ponto de vista da remuneração, a concentração é ainda maior na atividade transporte, responsável por 60% dos melhores salários no turismo. Quem trabalha com um ônibus de turismo ganha muito mais do que quem trabalha, por exemplo, em um restaurante – segmento responsável por apenas 9% da remuneração. Outra comparação em termos de salários se dá com a atividade alojamento, responsável por 22% dos trabalhos formais, mas responde por apenas 16% da remuneração.

DADOS DE 2006 Um período que avançou os empregos no setor de transportes foi entre janeiro de 2005 e maio de 2006, com a criação de 54,6 mil novos postos. Nessa época, o setor teve crescimento de 7,6% nos 17 meses. Segundo

os pesquisadores do Ipea, a partir dos dados da Rais de 2006, recém-divulgados pelo Ministério do Trabalho, o estudo produzirá novas análises muito mais atualizadas.

A pesquisa sobre o perfil da ocupação formal vai ganhar o reforço dos dados sobre a ocupação informal do turismo, no começo de 2008, formando, assim, um quadro completo da atividade no país. Os dados estão em fase final de compilação, revela Maria Alice Cunha Barbosa, uma das responsáveis pelo estudo.

Os trabalhadores do turismo têm como característica uma permanência maior nos empregos. Segundo a pesquisa, um de cada três trabalhadores do turismo (32,4%) tem menos de 12 meses de trabalho na firma. Os dados, comparados com a agricultura e o comércio, mostram que esses setores registram percentagens de trabalhadores com menos de 12 meses na firma superiores a 40%, e na construção civil sobe para 55,7% – ou seja, é maior o número de trabalhadores no turismo com longo período atuando no mesmo local.

Já entre os trabalhadores com cinco anos no mesmo local, os números mostram uma inversão. “Do total dos empregados no setor de turismo, 25,4% encontram-se com 60 meses e mais de tempo de emprego: a totalidade dos trabalhadores formais, na mesma faixa de tempo, constitui 32,3%; no grupo transportes essa proporção se eleva a 34,7%, enquanto nos grupos alimentação e aluguel de transportes ela é ligeiramente superior a 11%”.

O trabalho no turismo oferece maior perspectiva de estabilidade. Pelo menos é o que mostram os números. No setor a permanência média dos empregados formais em termos nacionais é de 47,2 meses. O setor que puxa essa permanência maior dos trabalhadores no mesmo local no turismo é o de transportes. São nos ônibus, aviões e outros que a média de permanência dos trabalhadores é de 60,7 meses. **i**



Foto: Sxc.hu

Nordeste tem patrimônio natural incomparável, mas em suas praias há muito emprego informal

PROGRAMAS SOCIAIS

A trajetória dos gastos

Por Sérgio Garschagen, de Brasília



Foto: Bruno Domingos/Reuters

governamentais

As mudanças pesquisadas pelo Ipea no perfil da política social nacional mostram que os gastos sociais federais aumentaram em R\$ 11 bilhões ao ano entre 1995 e 2005, o que equivale a um crescimento de 74% no período. Nos últimos cinco anos, a Assistência Social recebeu maior ênfase, a partir da criação dos Programas de Transferência Direta de Renda e da ampliação dos seus benefícios a 11 milhões de famílias cadastradas, somadas às quase 3 milhões de pessoas beneficiadas pela Lei Orgânica da Assistência Social

Os gastos sociais federais cresceram de R\$ 179,8 bilhões para R\$ 312,4 bilhões entre 1995 e 2005, com um incremento de 74% no período, agregando valores da ordem de R\$ 11 bilhões ao ano, em média, às políticas sociais.

Somente a Previdência Social elevou as suas despesas de R\$ 79,6 bilhões para R\$ 158 bilhões, com uma média de crescimento em torno de 7% ao ano, ampliando a sua participação nos gastos sociais de 44% para 51% no mesmo período. Tal crescimento é explicado pela substancial expansão na proteção proporcionada por esta área da política social. O número de beneficiários atendidos ampliou-se consideravelmente, de 14,5 milhões em 1995 para 21,1 milhões em 2005. Além disso, o poder aquisitivo do piso do benefício também melhorou: por estar vinculado ao salário-mínimo, teve um aumento real próximo a 60% no mesmo período.

A Assistência Social também contribuiu decisivamente para a ampliação dos gastos sociais. Os desembolsos aumentaram de R\$ 1,3 bilhão em 1995 para R\$ 18,8 bilhões em 2005, superando inclusive as despesas com a Educação. Nos últimos cinco anos, a Assistência Social recebeu maior ênfase, a partir da criação dos Programas de Transferência Direta de Renda e da ampliação dos seus benefícios a 11 milhões de famílias cadastradas, somadas às quase 3 milhões de pessoas beneficiadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

A Lei Orgânica garantiu acesso a benefícios previdenciários a idosos sem acesso à Previdência e também a pessoas portadoras de necessidades especiais – em ambos os casos, desde que tenham renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo.

Por outro lado, os gastos federais com Educação e Saúde percorreram uma trajetória de crescimento muito mais lenta no pe-

Gastos sociais do governo brasileiro aumentam 74% em 11 anos, segundo

río analisado, perdendo importância relativa no conjunto das políticas sociais federais, em termos de volume de recursos.

PERFIL As mudanças no perfil dos gastos sociais federais foram investigadas no relatório “Gasto Social e Política Macroeconômica: Trajetórias e Tensões no Período 1995-2005”, coordenado pelo pesquisador e atual diretor de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão de Castro, a ser publicado em breve como Texto para Discussão. Este é apenas o trabalho mais recente de uma linha de pesquisa presente na agenda na Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) há mais de dez anos, com diversos artigos publicados.

Foi analisada a trajetória dos gastos reais da política social brasileira – considerados como o conjunto de programas e ações do Estado para atender às necessidades e direitos sociais da população, incluindo o combate à pobreza e à desigualdade –, no período de 11 anos entre 1995 e 2005. A partir dos dados da execução orçamentária do governo federal, nos seus três poderes – Executivo, Legis-

lativo e Judiciário –, reorganizam-se as informações para construir indicadores mais claros sobre o volume dos gastos com políticas sociais no governo federal.

Segundo os autores, o que se pretende é revelar “o montante efetivamente gasto nas políticas sociais, frente ao total de recursos disponíveis pelo Estado, de modo a indicar a direção da atuação estatal e dos ajustes realizados por dentro do conjunto das políticas públicas”. O texto também faz uma breve revisão da gestão macroeconômica focada nas suas consequências sobre as finanças públicas e sobre o suporte do financiamento das políticas sociais.

Segundo o pesquisador do Ipea José Aparecido Carlos Ribeiro, co-autor do texto, o documento tem três objetivos básicos: construir uma trajetória para os gastos sociais do governo federal de modo mais direto do que normalmente permite a contabilidade pública; agregar informações sobre a expansão da proteção social e dos benefícios desses gastos; e, finalmente, relacionar as inflexões e rupturas na trajetória dos gastos sociais com as crises econômicas ocorridas desde 1995.

NOVA REALIDADE A equipe do Ipea revela que seis áreas sociais absorveram 95% dos recursos no período analisado: Previdência Social, Benefícios a Servidores, Saúde, Assistência Social, Educação e Emprego e Defesa do Trabalhador, embora a participação de cada uma delas tenha se modificado substancialmente nos 11 anos analisados – 1995 inclusive.

Enquanto a Previdência e a Assistência Social aumentaram de forma considerável as suas abrangências, outros setores reduziram as suas importâncias relativas. Os benefícios aos servidores públicos diminuíram a participação de 22% para 17% nos gastos sociais; a Saúde encolheu cinco pontos percentuais (de 16% para 11%) e a Educação, dois pontos percentuais (de 8% para 6%), apesar do crescimento nominal dos investimentos.

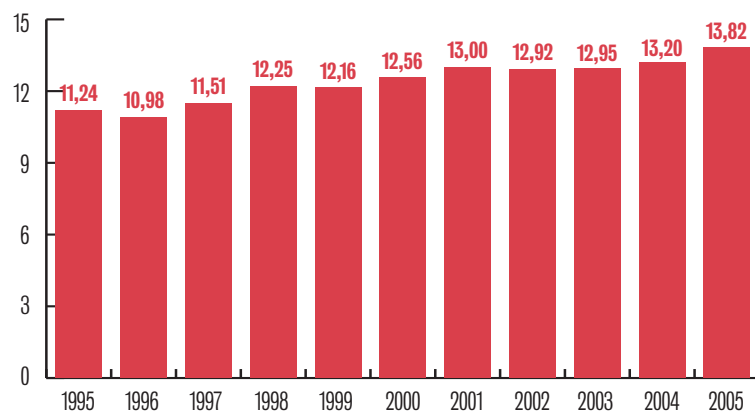
Na avaliação do coordenador do trabalho, Jorge Abrahão de Castro, quando analisado sob o ponto de vista do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o crescimento é realmente muito grande em todos os vetores, incluindo a Educação, que apresenta crescimento. Mas, analisado segundo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de ampliação dos gastos diminui, embora continuem nítidos os vetores que mais puxaram o crescimento dos gastos sociais: a Previdência e a Assistência Social.

Em relação ao PIB, os gastos sociais federais passaram de 11,24% em 1995 para 13,82% em 2005, o equivalente a 2,6 pontos percentuais do PIB, o que representa um crescimento de 23%, denotando uma expansão desses gastos em ritmo superior ao da economia como um todo. O crescimento do indicador Gasto Social Federal (GSF) em comparação com o PIB se explica pelo aumento dos gastos sociais e também pelo baixo crescimento do produto nesses anos, destaca o documento.

“Analisamos o crescimento dos gastos como um todo. O mais importante

Em curva ascendente

Gasto Social Federal - Valores em relação ao PIB (em %)



Fonte: Disoc/Ipea

levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ajuste fiscal não afeta política social

O economista Carlos Mussi, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), qualificou de “super-rigorosa” a metodologia adotada pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que tem como objetivo analisar todos os meandros do orçamento e da sua execução e destacar o que é e o que não é investimento social. O documento, diz ele, busca demonstrar que a capacidade de financiar o gasto social já está estabelecida e que não se pode culpá-lo pelo aumento da carga tributária ou pelo déficit previdenciário.

Mussi destaca que o estudo, ao analisar a política econômica, adota um ponto de vista da prioridade à área social, quando, na opinião dele, a gestão da política fiscal, como um todo, é complexa e exige a acomodação de objetivos de diferentes prioridades e períodos.

Como especialista da área fiscal, ele considera que faltou uma interpretação das prioridades da política econômica. “Uma das poucas coisas que se pode dizer que é perpétua é o Estado. Portanto, as decisões de alocação fiscal não devem ser regidas apenas pelo momento de conjuntura, mas pelos aspectos de médio e longo prazos.”

Há ainda algumas controvérsias entre os economistas com respeito a definições do que pode ou do que não pode ser enquadrado como gasto social. Mussi cita como exemplo típico o debate sobre os gastos da Previdência, da Assistência Social e dos benefícios destinados aos servidores públicos. Muitos economistas, na sua avaliação, acham que esses dados não se enquadram na categoria de gastos sociais e ainda outros distinguiriam entre Previdência, como um todo, e gastos sociais ou assistenciais. “Mas esse

tipo de análise vai sendo depurado com o tempo”, observa.

Mussi assinala que a Previdência, principalmente o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), tem um caráter distributivo, embora a carga recaia basicamente sobre os empregadores. Para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), diz, há um teto de contribuição para o trabalhador, mas as empresas recolhem sobre o total da folha. “Há um problema de estímulo às empresas”, acrescenta.

Para ele, o caráter distributivo da Previdência é no sentido da solidariedade, mas não a ponto de mudar a distribuição da renda nacional, porque ajuda os que ganham mais, como os servidores públicos. Os gastos com eles já atingem mais ou menos um terço da Previdência como um todo.

“O RGPS paga anualmente R\$ 158 bilhões para 24 milhões de pessoas, sendo que boa parte recebe cerca de um salário mínimo mensal, o que significa R\$ 2 mil a R\$ 3 mil por pessoa a cada ano. O regime público paga R\$ 50 bilhões a 1,1 milhão de pessoas. O gasto *per capita* anual — pensionistas e aposentados — é da ordem de R\$ 40 mil.”

Para Mussi, não foi feita uma adequada preparação para financiar essa diferença, como um fundo de previdência do servidor público, à parte, mesmo que dentro da própria Previdência Social. Se houvesse um fundo especial, esse peso sobre a Previdência não existiria, diz.

Na análise, diz ainda que o Brasil enfrentou desafios importantes no passado recente, como o da estabilização econômica, do crescimento e do combate à pobreza e desigualdade, e está investindo ainda na questão

do ajuste fiscal. Em parte, ressalva, tudo isso pode ter minorado ou acelerado o desenho do país na Constituição de 1988 no que toca à estrutura das finanças públicas, época em que o país, além das preocupações sociais, queria gerar superávit primário e mostrar ao mundo que tinha capacidade de pagamento.

O financiamento dos gastos sociais à época da Constituição, relembra Mussi, foi realizado com base nas contribuições sociais, que se diferenciam dos impostos, e se distingue do que é repartido para estados e municípios, em relação aos critérios de anuidade, e também diversificou as fontes de recursos para a seguridade social. Daí a criação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, depois, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ao mesmo tempo que as contribuições se desenvolviam, a política fiscal era essencial ao processo de estabilização econômica e os dois lados — o social e o fiscal — tiveram de contribuir. Foi quando se criou a idéia da Desvinculação de Recursos da União (DRU) de modo a facilitar a resolução de situações esdrúxulas, como a existência de recursos na seguridade social e compromissos no fiscal. A DRU resolveu o impasse.

Carlos Mussi também destaca a última frase do sumário do documento do Ipea: “Observa-se que as mudanças ocorridas na gestão da política econômica — que delimitam claramente os três mandatos presidenciais desse período — condicionam fortemente a trajetória do gasto social federal”. Para ele, o Brasil soube avançar no ajuste fiscal sem afetar as políticas sociais.

do trabalho é que ele demonstra que houve sim uma prioridade de investimentos no social. Embora não tenha sido homogênea, os gastos foram ampliados”, diz Abrahão. Ele destaca ainda

que os gastos sociais, os não-sociais e os financeiros aumentaram no período analisado, sendo que os gastos financeiros, em termos relativos, foram os que apresentaram maior crescimento, de-

monstrando as conseqüências das opções escolhidas pela política econômica.

PRIORIDADE “Não é surpresa para ninguém demonstrar que, devido à políti-

A Previdência Social foi o segmento que mais elevou os gastos sociais

ca econômica, os gastos financeiros foram mais expressivos, mas, por outro lado, observa-se que não houve queda de prioridade no social e os investimentos se mantiveram em um patamar estável”, diz Abrahão. Para o coordenador do trabalho, todos esses gastos foram possíveis devido ao aumento da carga tributária, que possibilitou o atendimento aos direitos defendidos pela Constituição de 1988, levando à ampliação da proteção social e, por consequência, dos gastos.

O estudo destaca que em meados da década de 1990 a área de Educação sofreu um ajuste forte, que reduziu os dispêndios em mais de 20%, e veio se recuperando lentamente até o ano 2000, quando sofreu novo ajuste de baixa e recuperação, atingindo em 2005 seu melhor resultado. O fator preponderante dessa trajetória foi a política de compressão salarial na gestão de Fernando Henrique Cardoso, re aplicada no primeiro ano da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o reajuste de 0,1% para os servidores públicos em 2003. Isto porque boa parte dos gastos federais com Educação se deve aos

salários de professores e funcionários.

O aumento dos gastos sociais variou muito de um ano para outro. A equipe percebeu a coincidência de tensões nas políticas sociais nos momentos de crise econômica. Houve anos em que os aumentos dos gastos sociais atingiram 9,4% e outros em que aumentaram apenas 1,5%.

SERVIDORES Em termos de volume de recursos, logo após a Previdência aparece a área de Benefícios a Servidores Federais, com média de 20% dos gastos sociais federais. Cresceu 3% ao ano até 2003, devido a uma procura maior de aposentadorias, principalmente as proporcionais, por receio de perda de direitos ou benefícios decorrentes da reforma previdenciária anunciada à época.

Uma explicação importante: na metodologia seguida por esta linha de pesquisa, os gastos previdenciários do governo federal com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são analisados em separado dos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Regime Jurídico Único (RJU).

Os primeiros integram a área da Previdência Social. Os últimos compõem a área Benefícios a Servidores, ao lado de outras despesas menos significativas como auxílios refeição e transporte, por exemplo.

Embora ambos sejam considerados gastos sociais, a separação em áreas distintas ajuda a análise: os dois regimes previdenciários apresentam diferenças significativas, tanto em termos do perfil da população beneficiária quanto em termos do valor dos benefícios concedidos. O RGPS responde pelos benefícios pagos a mais de 21 milhões de pessoas, das quais 14 milhões – 65% do total – recebem até um salário mínimo e cerca de 18 milhões de pessoas – 85% do total – recebem até três salários mínimos.

Já o RPPS garante 980 mil benefícios previdenciários distribuídos pelos três poderes da República e, segundo levantamento do Ipea, observando-se apenas os dados relativos aos aposentados civis do Poder Executivo, em 2004, 87% recebiam acima de R\$ 700 e 56%, acima de R\$ 1.000 – quando o salário mínimo em vigor era de R\$ 260.

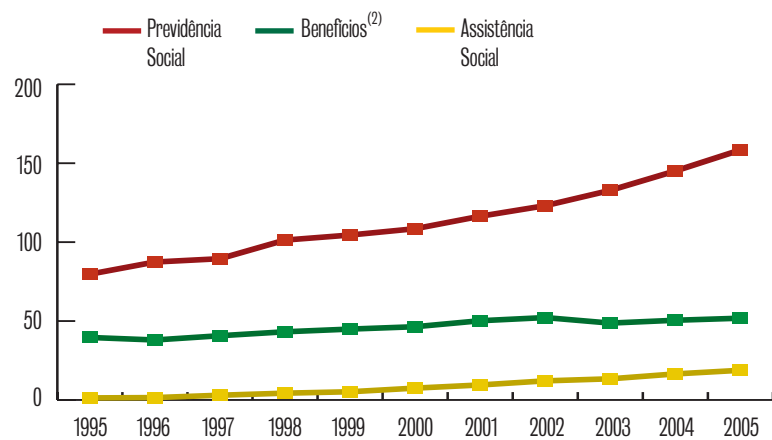
Os dois sistemas possuem características distintas e apresentam capacidades redistributivas díspares, destaca o texto do Ipea. “São destinados às áreas de Previdência Social e de Benefícios a Servidores Federais cerca de dois terços de todo o GSF, parcela que se mantém ao longo do período analisado, embora com flutuações”, diz o estudo.

Em relação ao sistema previdenciário, o pesquisador do Ipea Marcelo Caetano diz que tanto o regime geral quanto o regime dos servidores públicos necessitam de novos ajustes devido ao volume de gastos públicos muito altos para a estrutura demográfica do Brasil, que possui cerca de nove idosos para cada grupo de 100 pessoas na faixa de 15 a 65 anos de idade.

Caetano relembra que os gastos previdenciários, no geral, já atingem 11%

As áreas de atuação que mais cresceram

Gasto Social Federal - Valor constante - 1995/2005⁽¹⁾ - R\$ bilhões



(1) Valores deflacionados mês a mês para dezembro de 2006 pelo IPCA

(2) Pagos a Servidores Públicos Federais

Fonte: Disoc/Ipea

no Brasil no período de 1995 a 2005, com uma média de 7% por ano

Um olhar mais detalhado

Quando se pensa em quantificar os investimentos em educação no Brasil, em geral os números citados têm origem apenas no Ministério da Educação (MEC). Da mesma forma, quando se pesquisam os gastos em saúde e previdência, as fontes que servem de parâmetro dizem respeito às pastas da Saúde e da Previdência Social, respectivamente.

Mas, segundo o pesquisador José Aparecido Ribeiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), há investimentos na área de saúde — como os direcionados para os hospitais universitários, por exemplo — que não estão devidamente registrados nos bancos de dados do setor, uma vez que esses hospitais são subordinados ao MEC. Da mesma forma, os gastos dos colégios militares ficam à parte nos cálculos dos investimentos em educação, uma vez que são ligados aos orçamentos do Ministério da Defesa.

Estes são exemplos que justificam a preocupação central da metodologia utilizada nos estudos de gasto social da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea: desagregar ao máximo as despesas governamentais, para depois reagrupá-las de modo mais claro e vinculado a uma finalidade social.

“Normalmente, quando alguém fala dos “gastos sociais”, ou das “despesas” da política social, se refere a um conjunto de ministérios sociais — Saúde, Educação, Previdência, etc. Mas aí há dois problemas. Primeiro, novas pastas são criadas, outras são extintas; por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social, que individualizou os gastos com Assistência Social que antes estavam misturados no Ministério da Previdência. Segundo, algumas ações estão dispersas em vários ministérios, como, por exemplo, o Saneamen-

to, que se divide entre Saúde e Cidades”, esclarece Ribeiro.

“Então, se você quer construir um estudo que consiga atravessar, de modo consistente, vários governos, vários Planos Plurianuais (PPAs), é necessário transcender um pouco essa lógica de olhar os gastos de determinado ministério como se fossem os gastos de determinada política. Claro que a maior parte dos gastos da política de Saúde está no Ministério da Saúde (MS). Mas, dentro do MS, tem Saneamento, Previdência do Servidor Público, Ensino de Pós-Graduação — a Fundação Osvaldo Cruz —, ao mesmo tempo que há ações importantes de Saúde que estão fora, como os hospitais universitários e algumas ações de apoio à Saúde implementadas pelas Forças Armadas.”

No caso da Previdência do Servidor Público, que integra a área Benefícios a Servidores, o problema é muito mais sério. “Não há um ministério do servidor público, de modo que os gastos com os benefícios previdenciários e trabalhistas estão pulverizados em instituições dos três poderes — o que dificulta a sua visibilidade —, ao mesmo tempo que se misturam nos orçamentos dos ministérios sociais. Parte importante do debate recente sobre a regulamentação da Emenda 29 (a que define os gastos mínimos da Saúde) tem a ver com isso, por exemplo”, diz.

O Ipea atualiza a série histórica iniciada em 1995 utilizando o conceito de áreas de atuação e analisa as despesas segundo o critério de finalidade dos gastos, e não sob um ponto de vista meramente contábil, o que, explicam os técnicos, facilita a leitura e a compreensão dos rumos das políticas sociais adotadas.

do PIB, se aproximando das despesas médias de países europeus com população idosa superior à brasileira. O regime próprio do funcionalismo da União e dos estados já representa 4% do PIB, apesar das mudanças realizadas.

“No futuro teremos de deslocar recursos de outras áreas, como saúde, educação e segurança, ou aumentar a carga tributária para cobrir esses custos”, diz.

ASSISTÊNCIA SOCIAL Outra constatação do estudo é que uma nova fronteira se estabeleceu após a criação dos programas federais de transferência direta de renda no meio da gestão de Fernando Henrique Cardoso, por meio dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, que beneficiaram milhões de famílias. Unificados pelo Programa Bolsa Família, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o número de beneficiários atinge 8,7 milhões de famílias em 2005 e atualmente supera 11 milhões de famílias.

O segmento de Emprego e Defesa dos Trabalhadores elevou os gastos, no mesmo período, de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 13,4 bilhões, devido à expansão do seguro-desemprego e à recente recuperação da formalização do mercado de trabalho. O crescimento dos postos de trabalho com carteira assinada, mas ainda com alta rotatividade e elevado desemprego, aumentou a quantidade de trabalhadores que solicitaram seguro-desemprego e abono salarial. De 1995 a 2005, o número de beneficiários do seguro-desemprego subiu de 4,7 milhões para 5,5 milhões e os abonos subiram de 5,3 milhões para 8,4 milhões.

QUALIFICAR O DEBATE O diretor-executivo da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), órgão vinculado à Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Geraldo Biasoto Junior, afirma que os avanços dos gastos sociais sobre a política fiscal é tema de



Foto: Jarbas Oliveira/Folha Imagem

Os gastos com assistência social aumentaram de R\$ 1,3 bilhão em

As áreas de atuação que mais cresceram

Crescimento dos gastos sociais entre 1995 e 2005

Previdência social

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Previdência social para todos os trabalhadores	Aposentadorias, pensões, auxílios e outros	14.500	21.200

Servidores públicos federais

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
RPPS, Previdência social para civis e militares	Aposentadorias, pensões, auxílios e outros	872	1.044

Emprego e defesa do trabalhador

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Seguro-desemprego	Seguro concedido	4.700	5.500
Abono PIS/Pasep	Abono concedido	5.300	8.400
Sine	Trabalhadores colocados	149,4	893,6
Proger	Operações de crédito	92 (R\$ 800 mil)	3.000 (R\$ 21 bilhões)

Desenvolvimento agrário

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Assentamentos de trabalhadores rurais	Famílias assentadas (estoque)	152,1 (16,7 milhões ha)	685,8 (61,2 milhões ha)
Pronaf	Contatos realizados	30,9 (R\$ 240 mi)	1.700 (R\$ 6,4 bi)

Assistência Social

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares) - ⁽¹⁾1996

Principais programas	Tipo	1995	2005
BBG — Loas — RMV	Benefícios atendidos	1.200	2.800
Bolsa Família	Famílias atendidas	-	8.70
Peti	Pessoas atendidas	3,7 ⁽¹⁾	1.000
Serviço de Ação Continuada (SAC)	Pessoas atendidas	1.800	2.2

Alimentação e nutrição

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Programa Nacional de Alimentação Escolar	Merendas concedidas ao ano	4.600.000 (33,3 milhões de alunos)	7.300.000 (36,4 milhões de alunos)
Programa de Alimentação do Trabalhador	Trabalhador beneficiado	6.800	10.600

Saúde

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Atenção básica (Saúde da Família)	Número de equipes	0,7 (150 municípios)	25,9 (500 municípios)

Educação

Quantidade de benefícios concedidos (em milhares)

Principais programas	Tipo	1995	2005
Educação básica	Matrículas	39.700	49.500
Ensino de graduação	Matrículas	367	580
Ensino de pós-graduação	Matrículas (mestrado e doutorado)	56	99
Programa do Livro Didático	Livros adquiridos	57.000	119.300

Fontes: Ipea e Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, da Previdência Social, de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Trabalho e Emprego

1995 para R\$ 18,8 bilhões em 2005, com crescimento de 1.350%

grande importância para esclarecer a realidade sobre o debate relativo às receitas públicas. “Os dados sociais levantados pelo Ipea, quando comparados à carga tributária bruta, indicam que eles são responsáveis por 44% da elevação dos gastos. A realidade desmente aqueles que colocam a culpa do avanço da carga tributária como uma decorrência da atual política social do governo.”

Outra ponderação de Biasoto diz respeito ao fato de que os números apurados pelo Ipea retiram um pouco da carga ideológica que tem marcado o debate sobre as políticas sociais, ultimamente.

O professor de economia Fernando Rezende, da Fundação Getulio Vargas (FGV), relembra que a análise “acrescenta informações importantes e levanta dados abrangentes e atualizados sobre o crescimento dos gastos sociais”, que, segundo ele, não podem ser vistos sob um ponto de vista negativo, por ajudar a reduzir a pobreza e tornar o país um pouco menos desigual. “A questão central é a forma como esses gastos são financiados”, argumenta.

Para Rezende, parte dos recursos repassados às famílias carentes, dependentes dos programas sociais, é reembolsada pelo governo por meio dos tributos indiretos que incidem sobre os preços dos produtos de primeira necessidade adquiridos pelos beneficiários. “Em linguagem popular, dá-se com uma das mãos e retira-se com a outra”, afirma.

O governo, na opinião de Rezende, poderia criar mecanismos de redução da carga tributária para esse segmento da população, de modo a aumentar o poder distributivo dos recursos das políticas sociais, sem a necessidade de aumentar o seu volume.

Segundo o economista Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), não há como pensar em desenvolvimento econômico sem resolver o problema da desigualdade. O papel do Estado atual, diz, é reduzir a desigualdade, com políticas sociais e educação. “O princípio da equidade deve estar no topo de todas as políticas públicas.”

POLÍTICAS MACRO O Ipea analisou a evolução dos gastos sociais federais em confronto com as políticas macroeconômicas no período de 1995 a 2005 e os pesquisadores observaram a sua dinâmica em três momentos diferentes: de 1995 a 1998, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso; entre 1999 e 2002 (segundo governo de FHC); e nos primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2004 e 2005).

No primeiro momento, os gastos sociais se expandiram em ritmo maior, devido à ampliação da rede de proteção social armada pela nova Constituição. No segundo período, apesar de os gastos sociais terem se estabilizado, predominaram as oscilações, em decorrência dos ajustes fiscais do governo e da prioridade dada ao pagamento dos juros e encargos da dívida pública.

No terceiro, iniciado com um forte ajuste fiscal em 2003, ocorre em seguida uma recuperação nos gastos de várias áreas sociais, além do crescimento na Previdência e na Assistência Social, proporcionado pelos ganhos reais do salário mínimo e pelo crescimento do Bolsa Família.

A socióloga Amélia Cohn, da Universidade de São Paulo (USP), enfatiza a importância das políticas sociais na dinâmica das economias regionais, principalmente nas regiões carentes, e mais ainda na redução das desigualdades sociais entre habitantes de diferentes regiões brasileiras. Para o diretor de Estudos Sociais do Ipea, Jorge Abrahão de Castro, os investimentos na área social reduzem a pobreza e ampliam a demanda efetiva, além de favorecer o crescimento econômico, embora tenham influência limitada na redução da desigualdade social.

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada inclui entre os desafios colocados para a gestão das políticas sociais nos próximos anos a proteção das políticas sociais face a possíveis conjunturas adversas. **1**



Foto: Edson Ruiz/Folha Imagem

Estudo analítico demonstra que houve uma prioridade de investimentos no social

MELHORES PRÁTICAS

Olhares cruzados

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

Foto: Marie Ange Bordas



O imenso desconhecimento entre povos que são irmãos ensejou um projeto baseado em um inédito relacionamento entre crianças africanas e brasileiras por meio da troca de fotografias e cartas; já são quatro livros reunindo comunidades brasileiras e de diversos países africanos e americanos de população afro-descendente

Foto: Marie Ange Bordas



A simples troca de cartas e fotografias entre crianças brasileiras de comunidades em situação de grande dificuldade e crianças de países africanos de língua portuguesa que vivem em áreas de grande carência – uma idéia tão singela, concebida para acrescentar uma pitada de inclusão social para as pessoas envolvidas – tornou-se um ingrediente de caráter permanente no intercâmbio entre os governos do Brasil e de diversos países, e não só da África.

Freqüentadora do continente africano subsaário desde 1996, quando tinha uma agência de comercialização de fotografias, a arquiteta gaúcha Dirce Carrion, conta que, conversando com um amigo especialista em geopolítica africana, ouviu um emocionado relato sobre Cabinda, uma das províncias de Angola que se constitui um exclave (parte separada do território principal do país).

“Ninguém consegue entrar lá. O Exército angolano, armado até os dentes e sem limites para cometer atrocidades, proíbe fotos, imagens e reportagens. O mundo não sabe o que acontece em

O projeto já publicou quatro livros, tem mais três para sair e outros planejados,



Foto: Ricardo Teles

No livro mais recente, crianças africanas do Congo se comunicam com as de Eldorado, em Diadema, São Paulo

Cabinda”, disse o amigo. Ela resolveu ir lá, e só conseguiu com cobertura da Igreja Católica – o padre Raul Tati, vigário geral da diocese de Cabinda. Vigiada pelo Exército angolano, entrou numa sala de aula e 50 crianças levantaram-se e disseram: “bom dia, professora”. Ela, que nun-

ca tinha sido professora na vida, conta que sentiu uma enorme responsabilidade sobre o que estava fazendo.

Seu projeto era fornecer às crianças máquinas fotográficas para que elas próprias retratassem suas vidas e, via troca de cartas, as mostrassem às crianças

do outro continente, revelando as semelhanças das duas realidades. No Brasil, escolheu a favela do Morro da Chacrinha, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, fez outra ligação com crianças que moram num lixão de Maputo, em Moçambique, e filhos de catadores de papel que também moram numa zona de lixão, a Vila dos Papeleiros, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, também com fotos tiradas por elas próprias, retratando sua vida.

FÓRUM SOCIAL O resultado foi uma exposição no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, e depois no livro *Brasil-África Olhares Cruzados Cabinda-Rio de Janeiro, Porto Alegre-Maputo*. Agora, o projeto já publicou mais três livros e tem outros três sendo planejados. “Esse intercâmbio contribui para o fortalecimento dos laços culturais e acima de tudo é um material que se enquadra na nossa lei atual que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileiras desde o ensino fundamental. Então, é um projeto que mantém viva essa relação histórica”, diz a ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do governo federal, que apóia e patrocina o projeto desde o seu início.

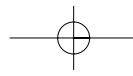
“Já constatamos que o Brasil e o continente africano não se conhecem”, prossegue a ministra. “Temos muita proximidade cultural, de formas de organização, na culinária e na música, mas efetivamente há uma distância entre nós, a considerar o que foi o processo de escravidão aqui no Brasil e a forma como a população negra foi tratada ao longo da história, de maneira invisível e sem fazer parte efetiva da vida social, econômica e política do país”, acrescenta. “Esse projeto reativa esse intercâmbio, considerando o olhar das crianças em especial e também considerando as realidades culturais.”

Mas, para chegar até lá, houve também a ajuda do acaso. Das viagens de Dirce Carrion para a África surgiu a exposição



Foto: Fernando Sória

Em livro que sai em 2008, crianças indígenas Terena trocam fotos e cerâmicas com crianças Aymaras, da Bolívia



criando um intercâmbio que contribui para o fortalecimento dos laços culturais



Foto: Simon Tshimala

A realidade da comunidade de Eldorado, em Diadema, do ponto de vista de um de seus pequenos habitantes



Foto: Andréa D'Amato

Menino de Moçambique com a foto que vai enviar para a comunidade quilombola de origem moçambicana no Brasil

fotográfica *Brasil e África – Similaridades*. “Nessa ocasião o Brasil comemorava os 500 anos de seu descobrimento e seguia dando as costas para a África”, diz ela. Com pequenos aportes de pessoas amigas e recursos próprios, o trabalho é exposto na África do Sul, Zimbábue e Quênia, e depois em estação do metrô da

cidade de São Paulo e na Semana de Consciência Negra em Rio Branco, no Acre. Mas, por um engano, o material é despachado do Acre para Moçambique, onde acaba ganhando mais uma exposição.

Foi então que a arquiteta conheceu o trabalho *Os olhos do bairro*, do fotógrafo Mauro Pinto, com crianças do bairro de

Hulene, em Maputo, em meados de 2004. “Ampliamos a idéia inicial e viabilizamos a troca de fotografias. E, por sugestão da educadora Gisele Gama, pesquisadora da Fundação Cesgranrio, introduzimos as oficinas de redação”, diz Dirce. A exposição *Similaridades* acabou visitando a África outras vezes, em dois países de língua portuguesa – Angola e São Tomé e Príncipe –, com patrocínio do governo brasileiro.

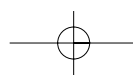
São Tomé e Príncipe era o único dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que não contava com uma representação diplomática fixa do Brasil e ganhou a exposição por ocasião da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para abrir a embaixada. Em seguida, em Angola, o presidente inaugurou a Casa de Cultura Brasil-Angola e o Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo.

HAITI Mas o projeto *Olhares Cruzados* encontrou uma forma de prosseguir no seu escopo original, ligando comunidades de afro-descendentes, sem atravessar o oceano Atlântico. Em março de



Foto: Criança de Cabinda

A autora do projeto, Dirce Carrion, leva para as crianças de Cabinda, em Angola, o primeiro livro da série



As crianças buscam ser retratadas ao lado daquilo que para elas é mais valioso:



Foto: José Bassit

Nos preparativos para o segundo livro no Senegal, crianças de Oussouye folheiam o primeiro livro. Abaixo, máscara enviada para São Lourenço-PE

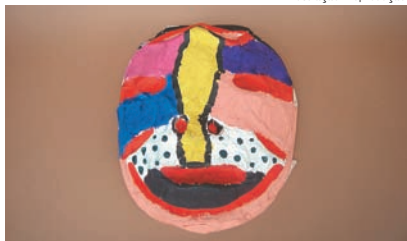


Ilustração: Reprodução

2006 sai o livro *Brasil-Haiti Olhares Cruzados*, unindo crianças do bairro de Bel Air, de Port au Prince, capital do Haiti, com as de Frechal, comunidade remanescente de um quilombo, no Maranhão, com patrocínio da Seppir e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), conhecido como Itamaraty. A barreira da língua (fala-se francês no Haiti) foi transposta associando-se fotografias e oficinas de artes.

A presença do Itamaraty se deve ao fato de o Brasil ter passado a integrar com expressivo efetivo a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). “Religião e cultura dos dois países, com suas raízes comuns no continente africano, também irmanam Haiti e Brasil”, diz o ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, no prefácio do livro. “A Minustah parte do princípio de que a paz não é um bem gratuito. E o preço da paz é a participação”, acrescenta.

No projeto seguinte, chegou a vez das crianças do Senegal. As comunidades da Ilha de Gorée e de Dakar, capital do Senegal, cruzariam seus olhares com a comunidade de São Lourenço, remanescente de um quilombo no município de Goiana, em Pernambuco. O livro foi feito

com material produzido pelas crianças senegalesas e brasileiras. A idéia partiu da embaixadora do Brasil no Senegal, Kátia Gilaberte. O livro *Brasil-Senegal Olhares Cruzados São Lourenço-Dakar-Ilha de Gorée* saiu em outubro de 2006, com o apoio da Seppir, do Itamaraty, do Ministério da Cultura (Minc) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

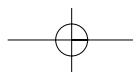
“As crianças buscam sempre ser retratadas ao lado daquilo que para elas é mais valioso: a família, os amigos, a televisão, os brinquedos, a comida, a parte mais bonita da casa. Mesmo onde elas convivem com uma realidade muito difícil, suas imagens, cartas, desenhos e objetos de arte são permeados pela alegria e esperança de um futuro melhor. Procuramos sempre mostrá-las por uma ótica otimista e digna, para que tenham uma chance de ser incluídas no mundo que dá certo”, diz Dirce na apresentação desse trabalho.

O trabalho é desenvolvido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Imagem da Vida, presidida por Dirce. Oscip é um título fornecido pelo Ministério da Justiça (MJ) com a finalidade de facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no Imposto de Renda. A lei que regula as Oscips é a nº 9.790, de 23 março de 1999.



Foto: José Bassit

Crianças de Oussouye mostram os desenhos que fizeram para se corresponder com quilombolas de Goiás



família, amigos, televisão, brinquedos, comida, a parte bonita da casa



Foto: José Bassit

Oficina de arte em Oussouye, no Senegal, preparando correspondência para comunidades quilombolas brasileiras



Foto: Andréa D'Amato

Exposição com as fotos das crianças de Miteme e Matole Boque, em Moçambique, enviadas para Porto Alegre e Morro Alto

Teles ficaram três dias retidos na embaixada do Brasil, de onde podiam ver e ouvir os bombardeios a poucos metros dali.

Tiveram que esperar que as coisas se acalmassem, mas seu trabalho, com a troca de fotos e desenhos com as crianças da comunidade de Eldorado, no município de Diadema, em São Paulo, resultou no livro *Brasil-Congo Olhares Cruzados Regards Croisés Diadema-Kinshasa*, com patrocínio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da SEDH e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e apoio da Seppir, do Itamaraty, da Prefeitura de Diadema e do governo do Congo.

A secretária municipal de Educação de Diadema, Ana Lúcia Sanches, conta que coordenava no município o projeto Ação Compartilhada, que busca resgatar na sociedade civil o afeto das pessoas às suas localidades. “Nosso currículo contém como eixo pedagógico o tema dignidade e humanismo, que inclui a história da África e a auto-estima de negros e negras, em diferentes projetos desenvolvidos nas escolas municipais”, diz.

“Discutimos o perfil do melhor local e escolhemos o bairro de Eldorado, ao sul da cidade, divisa com o município de São Paulo e banhado pela represa Billings. Diadema é uma cidade adensada, a segunda maior densidade em um município do Brasil, com cerca de 400 mil habitantes para cerca de 30 quilômetros quadrados e 24 quilômetros quadrados de área ocupada. A característica deste bairro é que apresenta os menores indicadores sociais de crianças e jovens”, acrescenta.

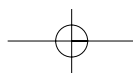
Ela explica que, de imediato, demonstraram não compreender bem o que se propunha. “Estudaram o mapa-múndi, olharam um continente africano que existia materialmente. Foi o primeiro contato com uma África habitada de crianças ainda não conhecidas, com um diálogo do qual não se tem resposta imediata. É interessante como as crianças mostraram seu país pelo desenho e pelo afeto. Foi também construída uma arca e decorada para que pudesse abrigar as lembranças brasileiras.”

FARTURA Ao receberem as lembranças que as crianças congolenses confeccionaram, trazidas pelo fotógrafo congolês Simon Tshimala, conta Ana Lúcia, “o que encantou as crianças foi seu olhar doce. Ele fez amizade sem dialogar pela língua, mas pelo gesto. Jogou futebol e aconselhou nas fotos e nos trabalhos artísticos”. Segundo ela, “Tshimala fotografou a alegria das pessoas, seu amontoado de casas de alvenaria, orgulho de uma cidade que urbanizou favelas. Fotografou os iguais em suas diferenças”.



Ilustração: Reprodução

Criança de Bel Air, Port au Prince, capital do Haiti, mostra sua casa em desenho enviado para Frechal, no Maranhão



Há planos para estender o trabalho a crianças em situação de perigo de todo o mundo



Foto: Andréa D'Amato

Menino africano da província de Manica, Moçambique, demonstra no mapa-múndi onde ficam o Brasil e o seu país

Foram três dias intensos de trabalho para as crianças, em produção artística, e principalmente em fotos, feitas em grupos pelo bairro. “Depois, cada criança levou sua máquina para casa. Alguns tiravam fotos de seus animais, familiares, outros de sua farta cesta de frutas, numa demonstração de que em sua casa havia bananas e limões, ou mesmo de sua geladeira cheia, sinal de fartura.”

Rogério Sottili, chefe de gabinete da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que também participou desse projeto, afirma que “antes de um livro, *Olhares* é um processo e uma experiência de contato e conhecimento sincero do outro”. Segundo ele, “é dado ao leitor entrar em contato com a interpretação que essas crianças fazem da própria experiência de estar no mundo, mas de um modo novo: a partir da auto-representação fotográfica e artística; do olhar pessoal, sem mediação de um fotógrafo externo, sobre amigos, espaços afetivos, do lugar onde vivem”. E acrescenta que, “à medida que nos relembra da importância de garantir a dignidade e a voz do outro para que compreendamos nossa própria experiência, é uma celebração dos direitos humanos e um passo emblemático no sentido de sua renovação e atualização”.



Foto: Andréa D'Amato

Foto: José Bassit




Foto: Andréa D'Amato



Mesmo vivendo distantes e falando idiomas diferentes, crianças se comunicam e comparam suas realidades

Dirce Carrion tem muitos planos. Acredita que seu projeto deva ser estendido para crianças em situação de perigo de todo o mundo. Segundo a ministra Matilde Ribeiro, “da nossa parte, nós procuraremos, nos próximos anos, vinculá-lo a uma experiência de trabalhar com os cinco países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), para a implementação da Lei nº 10.639, que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileiras. Pretendemos realizar ações com educadores por meio das estruturas educacionais do Brasil e desses países, dentro de um intercâmbio que se dará entre governos”.

E 2008 começará com vários novos projetos dessa série já em franco andamento. “São muitas possibilidades”, acrescenta Dirce, explicando que busca “alternativas de sustentabilidade para o projeto”. Já viabilizados, e só faltando publicar os livros, estão os intercâmbios entre crianças da tribo dos Dogons, da aldeia Songho, no Mali, com as de Serra da Capivara, no Piauí; entre crianças indígenas da etnia Terena, no Mato Grosso do Sul, com as de Aymaras da Ilha do Sol, na Bolívia (patrocínio do Itamaraty); e entre crianças senegalesas de Oussouye com as das comunidades quilombolas Kalungas de Ema, Tinguizal e Vão do Moleque, em Goiás (patrocínio da Seppir e do Itamaraty).

Além disso, uma parceria com a seção da Noruega da ONG internacional Save The Children viabilizou o intercâmbio entre crianças de Miteme e Matole Boque, província de Manica, em Moçambique, com as gaúchas de Porto Alegre e da região de Morro Alto, comunidade quilombola de origem moçambicana no Rio Grande do Sul. E há ainda na programação um novo projeto na África, em Cabo Verde, e outro no continente americano, na Costa Rica. Diz um provérbio africano que “o pé não vai aonde o coração não quer”. O coração de Dirce Carrion quer muito e por isso seus pés nunca param. 

Idosos à míngua



Aimensa maioria da população brasileira venera seus pais e avós. No entanto, o que vemos nas ruas são idosos pedindo esmolas ou nas casas sustentando filhos, netos e bisnetos. Muitos não tiveram acesso à escolaridade e lhes restam trabalhos marginalizados e condições subhumanas. Dos 52 milhões de idosos existentes na América Latina, apenas 30% recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria.

Muitos dos avós de nossa geração vivem na área rural, onde a porcentagem de pobreza ultrapassa 50%. O Brasil é um dos únicos países que oferecem benefícios não-contribuintes às pessoas com mais de 65 anos. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a população com mais de 60 anos da América Latina crescerá de 52 milhões existentes para 100 milhões em 2025 e para 2050 se estima que o número cresça para 188 milhões de idosos, o que representa uma taxa de crescimento maior que nas outras faixas etárias. Dessa população, um terço vive em situação de pobreza.

Muitos vivem em áreas rurais onde a porcentagem de miséria chega a 50%, além dos baixos níveis de alfabetização. Todas essas desvantagens são ainda mais evidentes nas mulheres, afetadas pela discriminação de gênero, educação, mercado de trabalho, carência de empregos estáveis e falta de acesso aos serviços de saúde. Um número crescente de idosos está cuidando dos netos por consequência da migração, dos conflitos e do aparecimento de doenças, como a Aids, que fazem com que os pais não tenham condições de cuidar dos filhos e os deixam sob responsabilidade dos avós.

Para que esses idosos marginalizados saiam da sombra, da escuridão em que vivem, algumas instituições e governos têm se unido. No entanto, muito do que se está no papel não chega aos que realmente necessitam. Em 2002, foi assinado na Organização das Nações Unidas, por 159 países, um documento chamado Plano Madri. Vários itens foram escritos como um comprometimento desses países em fazer com que os idosos tenham vida digna. Por traz de todos esses questionamentos e ações está a HelpAge International, que é uma instituição mun-

dial sem fins lucrativos com caráter consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU).

A organização busca garantir esses direitos às classes menos favorecidas, bem como o acesso à saúde especializada. Os objetivos básicos são: responder aos questionamentos que surgem no envelhecimento da população do século XXI, para promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades. Os países se comprometeram a realizar esta análise com um método participativo e ascendente – da base ao topo da sociedade –, colocando os idosos como os verdadeiros porta-vozes de suas necessidades.

Entendemos claramente que os idosos têm que ser protagonistas da sociedade, temos que usar seus conhecimentos e sua experiência, dentro da capacidade de cada um. É uma certeza que, ao abandonarmos os idosos, deixamos também nossa história e nossa vida manchadas. É preciso que a sociedade saiba tratar os mais velhos, dando-lhes direitos claros e acessíveis à saúde e ao bem-estar. Nesse sentido, enquanto alguns idosos ficam em casa aposentados, uma boa parte deles está sendo escravizada por sua própria comunidade. Não são raros casos de idosos que vivem em favelas, sem dinheiro para tratamentos médicos adequados e marginalizados.

Um dos maiores problemas é relacionado à saúde. Não adianta só garantir atendimento básico em hospitais como um direito universal. O que diferencia os idosos dos demais vai muito além de igualar o atendimento. Um idoso precisa de atendimento especializado desde que sai de uma ambulância ou chega a um hospital. É preciso pessoal capacitado para atender esse público, desde recepcionistas até médicos geriatras.

Está certo que muitos dos nossos idosos, o Brasil é um exemplo disso, estão em clubes de terceira idade, o que é um grande avanço. Mas é preciso lembrar que boa parte dos outros vive na escuridão, sem poder dançar, ir a excursões e cinemas e levar uma vida digna como deve ser direito de todos. A sociedade, os governos, todos precisamos garantir esses direitos.

Gustavo Trigo é oficial de Comunicação e Advocacia para a América Latina da HelpAge International

Entendemos claramente que os idosos têm que ser protagonistas da sociedade, temos que usar seus conhecimentos e sua experiência, dentro da capacidade de cada um. É uma certeza que, ao abandonarmos os idosos, deixamos também nossa história e nossa vida manchadas

Pesquisa e texto **Sérgio Garschagen**

ciência&inovação

CIRCUITO

Comunicações

Internet com alta velocidade até 2010

Todos os municípios brasileiros deverão usufruir da internet de alta velocidade até 2010. Promessa do Ministério das Comunicações. Nas próximas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá anunciar investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões em infra-estrutura para o cumprimento do objetivo. O ministro Hélio Costa, das Comunicações, explica que os recursos vão permitir o acesso à internet de alta velocidade no país, principalmente em escolas e no serviço público. Que isso ajude o país a reduzir a burocracia.



Foto: Sxc.hu

Foto: João Prudente/Pulsar Imagens



Ensino

Brasil no ranking das melhores universidades

A Universidade de São Paulo (USP) subiu de um modesto 284º lugar entre as melhores universidades do mundo no ano passado para a 175ª posição este ano, empatada com a Universidade de Massachusetts em Amherst, nos Estados Unidos. Outra boa notícia é que a Universidade de Campinas (Unicamp) ficou em 177º lugar,

após ter sido ranqueada na 448ª posição no ano passado. O ranking anual é feito pelo *Higher Education Supplement*, do jornal *The Times*. As melhores universidades do mundo estão nos países de língua inglesa, ainda que das 200 principais instituições estejam presentes representantes de 28 países.

Plano

Aumenta o investimento em ciência e tecnologia

O novo Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo federal prevê investimentos de R\$ 41 bilhões até 2010, favorecendo a interação universidade-empresa, de modo a agregar valor aos produtos fornecidos e aos serviços prestados. Em comparação com o

Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, esses investimentos saltarão dos atuais 1,02% para 1,5%. O orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que foi de R\$ 1,8 bilhão em 2002, subiu para R\$ 4,1 bilhões neste ano e chegará a 2010 com R\$ 6 bilhões.

Saúde

Importação sem burocracia para atividade em pesquisa

O Brasil poderá criar uma categoria especial de importação destinada exclusivamente à pesquisa. Proposta neste sentido foi elaborada por um grupo de trabalho formado por pesquisadores e profissionais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Se aceita a proposta, poderá se tornar menos burocrático para a comunidade científica já a partir de 2008 obter insumos para pesquisa em saúde. O coordenador de Vigilância Sanitária da Anvisa, Oacyr Toledo, acha a idéia viável. "Até agora só havia normas específicas para categorias de produtos.

Pela primeira vez, a Anvisa terá uma norma voltada para uma categoria de profissionais. A idéia é separar o pesquisador do importador voltado para finalidade comercial. Acreditamos que isso facilitará muito o processo", afirma.

Para Mayana Zatz, pró-reitora de pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da universidade – um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a expectativa é que a Anvisa facilite a importação de pequenas quantidades de insumos. "Muitas vezes uma pesquisa é emperrada porque precisa de um reagente de apenas US\$ 200, por exemplo, e não se consegue importá-lo com rapidez", diz a pró-reitora da USP.

Desenvolvimento

País alcança IDH alto, mas ainda aquém dos vizinhos

Pela primeira vez em sua história, o Brasil entra no grupo de países classificados na categoria alto desenvolvimento humano. O país atinge a marca simbólica de 0,8 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ainda está distante do patamar alcançado por alguns vizinhos, como Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, Cuba e México. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, comemorou

o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter reconhecido bons resultados da sociedade brasileira como ter melhorado a expectativa de vida média dos cidadãos, elevado a renda *per capita* e democratizado o acesso à escola, fatores que ajudaram a melhorar a posição do Brasil. A melhora nacional é significativa, mas o Brasil tem hoje o IDH que a Argentina tinha em 1980.

Foto: Maira Soares/Folha Imagem



Medicina

Doença do mundo desenvolvido

Em 2008 e 2009 o Brasil deverá apresentar cerca de 470 mil novos casos de câncer. A estimativa é do Instituto Nacional do Câncer (Inca) apresentada durante congresso internacional realizado no Rio de Janeiro. A doença já é a principal causa de morte nos países desenvolvidos. No Brasil, é a segunda maior causa, depois das cardiovasculares. O que chama a atenção nas estimativas, no entanto, são as diferenças regionais: o mapa da incidência geral da doen-

ça (incluindo todas as neoplasias) mostra que as regiões Sul e Sudeste concentrarão o maior número de casos. A incidência na região Norte é a menor do país, o que indicaria que o câncer tende a ocorrer com mais frequência em regiões de maior desenvolvimento econômico. Alguns fatores podem explicar essa situação. O câncer aumenta à medida que as doenças infecciosas diminuem, porque a população passa a viver mais e adoecer de outras doenças.

Amazônia

Abelhas ajudam reflorestamento



Trabalho executado por pesquisadores ligados à Coordenação de Ciências Agrônômicas (CPCA) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) conseguiu descrever o terceiro caso cientificamente comprovado, no mundo, de dispersão de sementes de plantas por abelhas. De acordo com o biólogo Alexandre Coletto, tudo começou quando os pesquisadores perceberam a presença de sementes na porta das colméias. Durante o manejo, foi observada a presença de sementes dentro das colméias e

isso intrigou pesquisadores até comprovarem que as abelhas levavam as sementes para lá. O primeiro passo foi instalar uma câmara na frente da colméia e conseguir imagens de abelhas carregando semente. Em seguida, o grupo decidiu colocar sementes para germinar, a fim de poder saber qual árvore nasceria dali. Descobriram que as abelhas coletavam sementes de angelim rajado, espécie de alto valor comercial para a indústria madeireira. Foi confirmada também a presença de inúmeras mudas nas proximidades das colméias.

Prevenção

Vitamina A garante pele mais saudável

Estudos científicos confirmam a eficácia de produtos de beleza que contêm vitamina A em sua composição para a saúde da pele. A conclusão é de cientistas da Escola de Medicina da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Hidratantes corporais com vitamina A ajudam a reduzir consideravelmente os sinais de

envelhecimento precoce, como manchas e linhas de expressão. De acordo com os especialistas, produtos que continham retinol (forma pura da vitamina A) amenizaram as rugas da maioria dos voluntários e, melhor ainda, aumentaram os níveis de substâncias químicas importantes na regeneração da pele.

Foto: Sxc.hu



por **Jorge Luiz de Souza**

INDICADORES

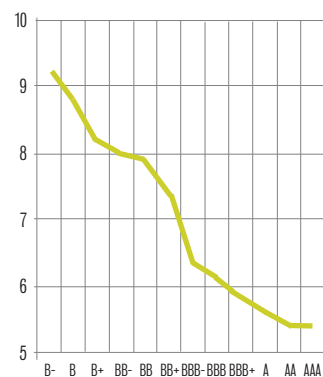
O que é?

Grau de investimento

Grau de investimento (*investment grade*) é uma classificação (*rating*) utilizada para orientar os investidores. Agências especializadas como Moody's, Standard & Poor's e Fitch classificam os países e as empresas de acordo com o nível de risco. As classificações variam de uma agência para outra — em geral são mais de 20 faixas que vão de AAA (a melhor) até C ou D. As nove primeiras são chamadas de grau de investimento e as seguintes, de grau especulativo. O Brasil está a apenas um degrau, nas três agências, para chegar ao grau de investimento. No caso de países, as agências levam em conta informações como taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação, gastos públicos, taxa de juros, exportações, nível e perfil de endividamento e o quadro político.

Grau de investimento

Taxa de juros conforme o grau de classificação
Financiamentos em dólares para empresas, pelo prazo de 10 anos (em %)



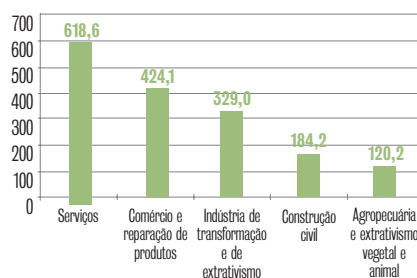
Fonte: Bloomberg

Trabalho

O mapa do emprego no Brasil

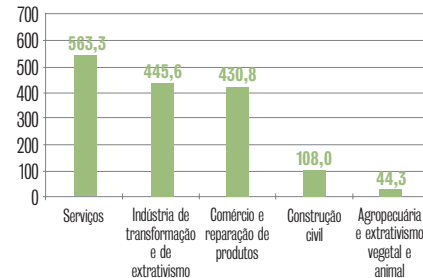
Uma análise da demanda e um perfil dos trabalhadores no mercado formal, traçado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em novembro, verificaram em quais setores econômicos há carência de trabalhadores com qualificação e experiência profissional. Por outro lado, foram identificados 84 mil trabalhadores qualificados sem emprego. De maneira geral, constata-se maior carência de mão-de-obra na indústria, responsável pela demanda mais elevada do contingente de trabalhadores qualificados e com experiência profissional. Na avaliação do perfil da demanda por trabalhadores formais foram consideradas as tendências de contratação em termos de gênero, cor ou raça, idade, nível de instrução e tipo de ocupação. A situação se diferencia no âmbito das grandes regiões geográficas do país. No Norte, Sul e Centro-Oeste faltam trabalhadores qualificados e com experiência profissional, enquanto nas regiões Sudeste e Nordeste, que são as mais populosas do país, sobram trabalhadores preparados para ocupar empregos formais.

Estimativa da oferta de mão-de-obra qualificada e com experiência profissional disponível para o emprego formal em 2007 (em milhares)



Fonte: Elaboração Ipea a partir de microdados da Prad/IBGE e Caged-Rais/MTE, excluída a área rural dos estados da região Norte — exceto Tocantins

Estimativas da geração de empregos formais que demandam trabalhadores qualificados e com experiência profissional em 2007 (em milhares)



Fonte: Elaboração Ipea a partir de microdados da Prad/IBGE e Caged-Rais/MTE, excluída a área rural dos estados da região Norte — exceto Tocantins

Projeção da demanda por emprego formal nos setores econômicos com carência de mão-de-obra qualificada e com experiência profissional segundo gênero e raça/cor em 2007 (em %)

Subsetores	Masculino	Feminino	Não negra	Negra
Serviços de Comunicações/Telecomunicações	56,1	43,9	65,8	34,2
Serviços Financeiros e Auxiliares	48,1	51,9	74,2	25,8
Atividades Associativas	37,6	62,4	61,1	38,9
Serviços de Apoio à Atividade Empresarial	64,3	35,7	53,9	46,1
Indústria de Produtos de Borracha e Plástico	75,5	24,5	61,9	38,1
Indústria Extrativista Mineral	91,8	8,2	49,2	50,8
Indústria de Produtos Mecânicos	84,5	15,5	63,1	36,9
Comércio e Serviços de Reparação Produtos	59,8	40,2	59,7	40,3
Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo	71,7	28,3	56,8	43,2
Indústria/Serviços Urbanitários	83,2	16,8	58,3	41,7
Indústria de Produtos Minerais Metálicos	88,6	11,4	56,7	43,3
Indústria de Produtos de Transporte	87,8	12,2	67,1	32,9
Indústria Química e Petroquímica	74,8	25,2	66,0	34,0
Indústria Têxtil, de Vestuário e de Calçados	38,9	61,1	61,0	39,0
Indústria Eletroeletrônica, Comunicação e Medicina	73,6	26,4	64,6	35,4
Total	63,3	36,7	57,9	42,1

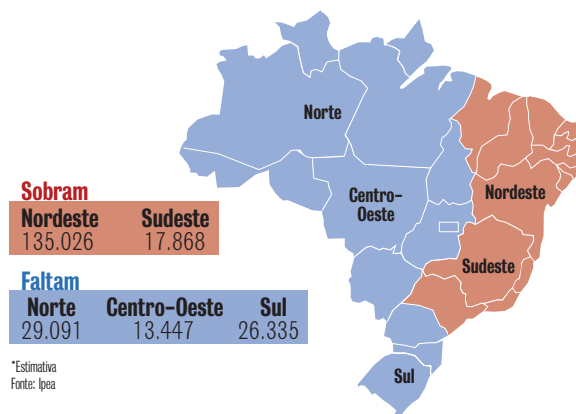
Fonte: Elaboração Ipea a partir de microdados da Prad/IBGE e Caged-Rais/MTE, excluída a área rural dos estados da região Norte — exceto Tocantins

Saldo entre oferta de mão-de-obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional – em 2007

Região	Oferta de mão-de obra qualificada	Demanda de empregados formais	Saldo entre oferta e demanda
Norte	69.940	99.031	- 29.091
Sul	227.817	254.152	- 26.335
Centro-Oeste	110.611	124.058	- 13.447
Sudeste	886.788	868.920	17.868
Nordeste	380.912	245.886	135.026
Brasil	1.676.068	1.592.047	84.021

Fonte: Elaboração Ipea a partir de microdados da Pnad/IBGE e Caged-Rais/MTE, excluída a área rural dos estados da região Norte – exceto Tocantins

Onde falta e onde sobra mão-de-obra qualificada(*)

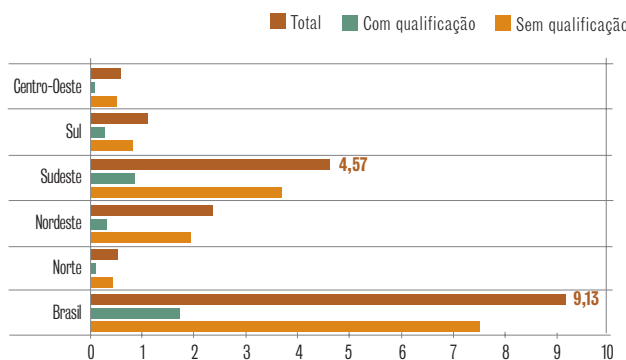


Projeção da demanda de emprego formal nos setores econômicos com carência de mão-de-obra qualificada e com experiência profissional segundo a idade (em anos), escolaridade (em anos de estudos) e remuneração – em 2007 (em R\$)

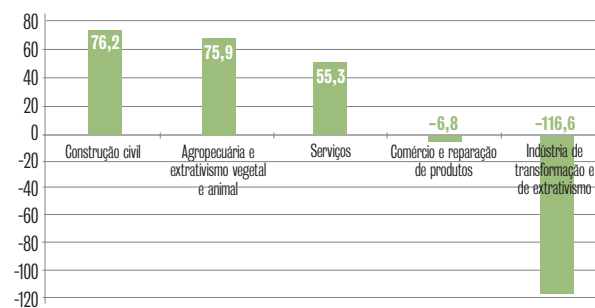
Subsetores	Idade	Escolaridade	Salário (R\$)
Indústria de Produtos Minerais Metálicos	34,2	8,8	1.015,26
Atividades Associativas	37,2	10,9	1.116,64
Ind. Produto Eletroeletrônico, Comunicação e Medicina	31,3	10,8	1.235,34
Indústria de Produtos Mecânicos	33,9	9,7	1.225,51
Serviços de Apoio à Atividade Empresarial	34,1	9,5	903,32
Serviços Financeiros e Auxiliares	33,8	13,1	1.915,58
Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo	32,5	8,3	839,37
Indústria Extrativista Mineral	36,3	9,1	1.661,87
Indústria/Serviços Urbanitários	37,5	10,8	1.796,00
Indústria Têxtil, de Vestuário e de Calçados	31,9	8,2	639,57
Indústria de Produtos de Borracha e Plástico	32,6	9,6	1.035,09
Indústria de Produtos de Transporte	33,7	10,3	1.473,35
Comércio e Serviços de Reparação de Produtos	30,8	9,7	771,92
Serviços de Comunicação/Telecomunicação	31,2	12,0	1.345,12
Indústria Química e Petroquímica	34,4	10,3	1.574,85
Total	33,8	9,3	942,80

Fonte: Elaboração Ipea a partir de microdados da Pnad/IBGE e Caged-Rais/MTE, excluída a área rural dos estados da região Norte – exceto Tocantins

Estimativa de trabalhadores ativos que procuram emprego com e sem experiência e qualificação profissional – em 2007 (em milhões)



Diferença entre a estimativa da oferta de mão-de-obra qualificada e com experiência profissional que procura trabalho e a geração projetada de emprego formal – em 2007 (em milhares)



CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 906 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF



A leitura da edição especial sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), confesso, me deixou duas sensações completamente antagônicas: de um lado, uma certa felicidade ao descobrir que o Brasil reduz a miséria, melhora os seus índices sociais e, enfim, caminha para a frente. Se esse avanço é lento ou na velocidade adequada não poderia dizer, mas o fato é que caminhamos. Por outro lado, baixou uma desconfiança típica de um brasileiro que só vê e lê desgraças no dia-a-dia. Longe de desconfiar dos dados colhidos pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desconfio é da leitura correta desses mesmos dados, frente à realidade diária: a Pnad fala do aumento exponencial das matrículas escolares, mas de que vale isso se o ensino é de quinta categoria? A melhoria do IDH brasileiro confirma o avanço detectado pela Pnad, mas de que vale isso se apenas alguns poucos têm acesso às benesses do desenvolvimento humano?

Faltou nas matérias um complemento que li em um outro texto sobre a educação nessa mesma revista: em 2022 os estudantes brasileiros, que têm hoje média

3,8 nas provas internacionais de conhecimento, deverão alcançar média 6,0 nesses mesmos testes, como a maioria dos países desenvolvidos. Enfim, um técnico comprovou com dados o avanço na universalização das matrículas, mas reconhece a baixa qualidade do ensino e marca uma meta para melhorar os resultados. É esse complemento dos técnicos que senti falta nas matérias. Não é a simples opinião contrária de opositores, mas uma leitura dos dados e suas conseqüências. Espero sinceramente que a meta da educação não objetive apenas transferir responsabilidades para um futuro em que ninguém mais vai se lembrar das promessas do passado.

Carlos Magalhães

Rio de Janeiro/RJ

O artigo “O Dilema da Repetência e da Evasão”, publicado pela revista **Desafios** de outubro de 2007 (Ano 4 – nº 36) não reflete a realidade da educação brasileira.

A repetência e a evasão já caíram por terra. Isso é fato pelo menos aqui em Belo Horizonte. O sistema educacional da Prefeitura de Belo Horizonte, onde a secretária do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar Lacerda Almeida, também já foi secretária, é a famosa Escola Plural.

Esta escola é focada na progressão continuada. Mas na verdade quem conhece a realidade de perto observa uma bagunça generalizada, projeto pedagógico nenhum, perversidade dos alunos, falta exagerada de professores e, o mais importante, aprendizagem “abaixo da crítica”. Essa escola, elaborada na gestão do prefeito Patrus Ananias há mais de dez anos, foi feita para economizar

dinheiro. Para ir mais longe, discordo totalmente da secretária quando ela diz que progressão continuada não é aprovação automática. Os números das Olimpíadas de Matemática, Prova Brasil, Simave, etc., aplicados para a oitava série confirmam o que estou dizendo. O quadro é dramático: oito/nove anos de analfabetismo.

Para melhorarmos a educação no Brasil temos de elaborar outra Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A escola pública é chata para os alunos, paga mal os professores, é muito conivente com a indisciplina do aluno (vejo toda hora professores, coordenadores e diretores serem xingados e nada acontecer). Além disso, as escolas não têm autonomia e a estrutura curricular é inflexível.

Poderia falar horas sobre a podridão da Escola Plural e sua “inclusão” dos alunos. Esse continua copista sem raciocínio.

A respeito da pesquisa, esta é pouco conclusiva porque não compara os sistemas educacionais e a realidade socioeconômica e educacional de cada país.

Acho que é hora de sair da superfície e ir fundo no problema educacional brasileiro. “Qualidade de ensino é um conceito abstrato.”

Gustavo Varella Amorim

Belo Horizonte/MG

Álvaro Chagas

Brasília/DF

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.



Acesse o conteúdo da revista *Desafios do Desenvolvimento* no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal

ENAP parabeniza as 10 iniciativas premiadas

O Concurso Inovação na Gestão Pública Federal é promovido pela ENAP há 12 anos e representa um estímulo à disseminação de soluções inovadoras em organizações do governo federal. O concurso conta com a parceria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e com o apoio da Embaixada da França e da Cooperação Espanhola.

Das 117 inscritas, o Comitê Julgador selecionou, inicialmente, as 20 iniciativas finalistas, que receberam visita *in loco* do Comitê Técnico, composto por professores da UnB e técnicos do IPEA. Após ter avaliado os relatórios da visita, o Comitê Julgador reuniu-se para debater, selecionar e classificar as iniciativas premiadas.

Os prêmios do 12º Concurso Inovação são, entre outros, visitas técnicas à França e à Espanha e vaga no Curso de Especialização em Gestão Pública da ENAP.

Confira as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso, em ordem alfabética, uma vez que a classificação dessas iniciativas e os prêmios serão anunciados somente no evento de premiação, em março de 2008.

Premiados no 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal (em ordem alfabética)

- Caixas Receptoras de Correspondências Confeccionadas com Material Reciclável, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;
- Cartão do Cidadão, da Caixa Econômica Federal - CEF;
- Censo Previdenciário: soluções inovadoras para atualização cadastral, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Coleta de Dados por Computadores de Mão para Censos de Proporções Continentais, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- Minibibliotecas da Embrapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Nossa Várzea - Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia Brasileira, da Secretaria do Patrimônio da União - SPU;
- Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União - CGU;
- Processos de Qualificação do Cadastro Único de Políticas Sociais de Governo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;
- Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras - SMMT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Sistema de Pré-qualificação de Marcas e Produtos Médico-Hospitalares, do Instituto Nacional de Câncer - INCA;

A ENAP congratula-se com as equipes premiadas e convida todos a participarem da 13ª edição do Concurso.

Para mais informações

Site: <http://inovacao.enap.gov.br>

E-mail: concurso.inovacao@enap.gov.br

inovação
inovação
inovação

ENAP

Ministério
do Planejamento

B R A S I L
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Apoio:

COOPERAÇÃO
ESPAÑHOLA

Embajada de França
Ministério do Exterior



Boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise

EDIÇÃO 14



Fotos: MDS

O boletim **Políticas Sociais: acompanhamento e análise** se insere no vasto rol de projetos do Ipea que buscam contribuir para a reflexão sobre os rumos da ação governamental no país.

O periódico examina aspectos centrais da organização das políticas sociais federais, como a evolução de seu marco regulatório, as estratégias de implementação dos programas e ações, a execução orçamentário-financeira dos recursos públicos e as mudanças na conjuntura política, econômica e social que têm repercussões nas diferentes áreas.

A edição 14 faz um balanço das ações implementadas em 2006. Para conhecer um pouco mais sobre esta publicação, leia o artigo "Política Social e Desenvolvimento", na página 5.

O boletim pode ser adquirido na Livraria do IPEA ou também acessado no site www.ipea.gov.br.

